



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



THALITA CHRISTINE RAMOS DOS SANTOS


**O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS
APLICADAS NO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DE ITARARÉ.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2012

THALITA CHRISTINE RAMOS DOS SANTOS



O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS NO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DE ITARARÉ.

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus Curitiba*.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientador: Prof. Dr. Moisés Francisco Farah Junior

CURITIBA

2012



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Gestão Pública Municipal



TERMO DE APROVAÇÃO

O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local: Um estudo de caso sobre as políticas públicas aplicadas no município de Bom Sucesso de Itararé.

Por

Thalita Christine Ramos dos Santos

Esta monografia foi apresentada às 10:00h do dia **01 de Dezembro de 2012**, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus Curitiba*. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof. Dr. Moises Francisco Farah Junior
UTFPR – *Campus Curitiba*
(orientador)

Prof. Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira
UTFPR – *Campus Curitiba*

Prof. Dr. Ivan Carlos Vicentin
UTFPR – *Campus Curitiba*

Dedico esta monografia a
minha família, minha fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus por me dar saúde e força para alcançar mais esta conquista.

A meu esposo Zenildo, por sua paciência, compreensão e companheirismo durante todo este período e ao longo dos anos que estamos juntos.

Aos meus pais Silvio e Lucimara, por tanta confiança e amor a mim depositados, dando-me coragem para seguir em frente e lutar por meus sonhos.

A meu irmão Marcelo e toda minha família por tanto incentivo e amizade.

Aos meus colegas de trabalho, que foram essenciais durante todo este processo.

O meu agradecimento especial ao Professor Moisés Francisco Farah Junior, por sua disponibilidade e atenção, guiando o percurso desta pesquisa sem medir esforços, esclarecendo dúvidas e dando sugestões, tudo para a realização deste sonho.

Enfim, sou grata a todos os professores, tutores e colegas que me acompanharam ao longo desses 18 meses e aos que contribuíram para a realização desta monografia.

Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém, há os que lutam toda a vida.
Esses são imprescindíveis.
(BERTOLT BRECHT)

RESUMO

SANTOS, Thalita Christine Ramos dos. O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local: Um estudo de caso sobre as políticas públicas aplicadas no Município de Bom Sucesso de Itararé. 2012. 75 folhas. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Este trabalho busca facilitar a compreensão das Políticas Públicas, as etapas para sua elaboração e demais conceitos considerados essenciais no percurso desde sua elaboração a avaliação, com o intuito de aproximar ao máximo do tão almejado bem-estar da população. Uma breve demonstração do avanço histórico da participação social, apresentando sua relevância na gestão dos municípios, dando ênfase a participação social através dos Conselhos Municipais. O desenvolvimento local como ponto essencial na gestão em busca de novos horizontes para a população. E ainda um estudo de caso com o objetivo de identificar as principais políticas públicas aplicadas no município de Bom Sucesso de Itararé e seus impactos na mudança da realidade local.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Desenvolvimento Local. Participação Social.

ABSTRACT

SANTOS, Thalita Christine Ramos dos. The Role of Public Policies in local development: A case study on public policies applied in the City of Bom Sucesso de Itararé.2012. 75 folhas. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

This work aims to facilitate the understanding of public policy, the steps for its preparation and other concepts considered essential in its development path since the evaluation, with the aim of bringing the much desired maximum welfare of the population. A brief demonstration of the historic breakthrough of social participation, showing its relevance in the management of municipalities, emphasizing social participation through municipal councils. Local development as a key point in the management seeking new horizons for the population. And a case study aiming to identify key public policies applied in Bom Sucesso de Itararé change and its impacts on the local reality.

Keywords: Public Policy. Local Development.Social Participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas..... 24

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Pedra do Camelo e da Galinha.....	46
Fotografia 2 – Arte no barro – Casa do Artesão.....	46
Fotografia 3 – Morro do Cristal.....	47
Fotografia 4 – Cachoeira dos Moleques.....	47
Fotografia 5 – Pista de Caminhada.....	52
Fotografia 6 – Conferência da Pressão Arterial e Diabetes.....	53
Fotografia 7 – Caminhada.....	53
Fotografia 8 – Construção da Academia do Idoso.....	53
Fotografia 9 – Escola Dona Silvina.....	57
Fotografia 10 – Merenda Escolar.....	57
Fotografia 11 – Momento de Recreação.....	58
Fotografia 12 – Reunião de Pais.....	59
Fotografia 13 – Costura Industrial.....	61
Fotografia 14 – Agricultura Familiar.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do IDEB	55
------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distinção entre Eficácia, Eficiência e Efetividade.....	32
Quadro 2 – Crescimento IDEB.	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
2.2 OS ATORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
2.3 TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
2.4 DISTINÇÃO ENTRE POLÍTICAS DE GOVERNO E POLÍTICAS DE ESTADO.....	22
2.5 O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	23
2.5.1 Formação da agenda de políticas públicas.....	24
2.5.2 Formulação das alternativas.....	26
2.5.3 Processo de tomada de decisão.....	27
2.5.4 Implementação.....	28
2.5.5 Avaliação e Monitoramento das Políticas Públicas.....	30
2.6 DEMAIS CONCEITOS APLICADOS AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	33
2.6.1 Conceito e tipos de demandas.....	33
2.6.2 As arenas políticas.....	33
2.7 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	35
2.7.1 A participação social na atuação dos conselhos.....	39
2.8 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	42
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	44
3.1 LOCAL DO ESTUDO DE CASO.....	44
3.2 TIPO DE PESQUISA E TÉCNICAS DA PESQUISA	48
3.3 COLETA DOS DADOS.....	50
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	50
3.4.1 Caminhada Solidária.....	51
3.4.2 Qualidade no Ensino Municipal.....	54
3.4.3 Agricultura Familiar.....	59
3.4.4 Programa de Desenvolvimento Empresarial: Curso de Costura Industrial.....	62
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	65

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÃO.....	68
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE	74

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em busca do desenvolvimento, de melhores condições e qualidade de vida. É responsabilidade e preocupação dos governantes assegurar o bem-estar de sua população.

Nas eleições confiamos em nossos representantes e depositamos a eles o nosso voto, na tentativa de alcançar um mundo mais igualitário e humano.

Cabe ao gestor formular planos e ações que venham surtir efeitos positivos e transformar a realidade local, isso se dá através das políticas públicas que tem como objetivo solucionar problemas decorrentes da vida em sociedade.

Este trabalho tem como principal objetivo descrever as políticas públicas e a sua relação com o desenvolvimento e a transformação da realidade local.

E como objetivos secundários identificar as políticas públicas de âmbito local que trouxeram maiores impactos na transformação econômica e social do município de Bom Sucesso de Itararé, além de relatar quais os principais efeitos entre os atores envolvidos.

A primeira parte desta pesquisa apresenta o embasamento teórico essencial para a compreensão de todo processo de elaboração das políticas públicas.

A compreensão das demandas, que são os grupos que vivem as dificuldades e necessitam de melhoras.

Os atores que são todos os envolvidos, que juntos identificam os melhores caminhos para solucionar os problemas e dão início a todo o ciclo das políticas públicas, desde sua discussão, escolha de alternativas e a tomada de decisão.

Fazer com que as ideias verdadeiramente saiam do papel e se tornem ações não é uma tarefa fácil para os gestores principalmente em municípios pequenos, que contam com poucos recursos para atender toda população.

O planejamento auxilia na visualização dessas medidas e uma delas e de grande valia é a criação de parcerias seja com governo estadual, federal, empresários locais, associações e a própria população que aliada ao governo pode trazer inúmeros avanços.

A participação social será discutida no decorrer desta pesquisa, pois ela seja em grupos organizados ou individuais resultam no sucesso de muitas ações, pois

somente a população que vive as dificuldades cotidianas pode esclarecer com presteza o que se passa.

Nenhum cidadão deve se acomodar, pelo contrário, deve sempre procurar acompanhar todo o andamento referente a gestão da cidade em que vive.

Outra forma de participação e acompanhamento é através dos conselhos, que assumem grande responsabilidade e importância na comunidade, pois exercendo suas funções pode orientar os gestores e demais envolvidos na elaboração, aplicação e avaliação das políticas públicas.

Para demonstrar a importância das Políticas Públicas, será realizado um estudo de caso com o objetivo de identificar e analisar as principais políticas públicas desenvolvidas no município de Bom Sucesso de Itararé com o intuito de melhor compreender como são elaboradas, implementadas e avaliadas pelos gestores, além de sua relevância com o desenvolvimento e mudança da realidade local.

Por fim, serão apresentados os resultados e as considerações finais acerca de toda pesquisa, os principais aspectos de cada política pública, seus pontos positivos e negativos.

Esta monografia destina-se a cidadãos e gestores, afim de auxiliar a compreensão e a visualização da importância da aplicação de políticas públicas que resultem em avanço e chegue cada vez mais próximo ao atendimento das verdadeiras necessidades dos cidadãos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta os principais conceitos teóricos que são de extrema importância para a compreensão e desenvolvimento desta pesquisa.

O item 2.1 se refere ao conceito de Políticas Públicas, sua aplicação e os avanços do estado na busca do bem-estar da sociedade, em seguida na seção 2.2 uma explanação sobre os atores e na 2.3 os tipos de Políticas Públicas.

A seção 2.4 apresenta o Ciclo das Políticas Públicas e suas fases: a formação da agenda política, a formulação de alternativas, o processo de tomada de decisão, sua implementação, avaliação e monitoramento.

Segue em 2.5 demais conceitos aplicados às políticas públicas e que facilitam a compreensão de todo processo, conceito de demandas e arenas políticas.

No item 2.6 discute-se a participação social, um breve histórico sobre a participação social e os grandes avanços conquistados pela sociedade, sua importância e as conquistas que podem ocorrer com a parceria governo e sociedade, além de uma explicação sobre a participação social na atuação dos conselhos.

Por fim o desenvolvimento local, a contribuição das políticas públicas na busca do desenvolvimento e mudança da realidade local.

2.1 CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde muito tempo existe uma discussão sobre a forma de atuação do estado, quais são suas funções, suas obrigações e direitos. Com o desenvolvimento e a efetivação da democracia tudo foi se modificando e a forma de atuação do estado foi se aprimorando.

Durante os séculos XVIII e XIX a segurança pública e a preservação das propriedades eram suas principais funções, foi a partir do século XX, com a expansão da democracia que essas funções foram se aperfeiçoando, tenho em vista

que com a evolução houve o surgimento de uma nova demanda social, e desde então cabe ao estado a promoção do bem-estar social.

O Estado de Bem-Estar Social pode ser definido como aquele que assume a proteção social de todos os cidadãos, patrocinando ou regulando fortemente sistemas nacionais de Saúde, Educação, Habitação, Previdência e Assistência Social; normatizando relações de trabalho e salários; e garantindo a renda, em caso de desemprego (SANTOS, 2009, p.36).

Tude (p. 11) afirma que essa nova demanda exige uma nova postura do Estado para lidar com os problemas certamente surgirão.

Essa nova demanda social, o bem-estar, requer do Estado uma atuação diferenciada e mais diretamente ligada aos problemas cotidianos da sociedade. É nesse contexto que surgem as Políticas Públicas, com o objetivo de dar respostas a demandas específicas da sociedade (TUDE, p.11).

A sociedade é um conjunto de pessoas que tem interesses e necessidades diferentes, que segundo Rua (2009, p.15), tem como principal característica a diferenciação social, ou seja, que além de possuir características diferentes como idade, sexo, escolaridade, estado civil, também possui valores, interesse e necessidades diferentes.

É essa diversidade que torna a vida em sociedade fascinante, pois além de diversificada é complexa e resulta muitas vezes em competição e conflitos.

Para Rua (2009, p.15) “a diferenciação faz com que a vida em sociedade seja complexa e potencialmente envolva, ao mesmo tempo, múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito”.

A autora explica que a cooperação surge diante da necessidade de realizar ações em conjunto. Já a competição é resultado da disputa por bens muitas vezes escassos, e diante de tantas diferenças e interesses é certo que haverá conflitos, pois faz parte desta interação social, causando certo choque de interesses ou necessidades.

O conflito é próprio da vida coletiva. Porém, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve estar dentro de limites administráveis. Ou seja: embora nós, indivíduos, possamos divergir, competir, e entrar em conflito, precisamos evitar o confronto (RUA, 2009, p.16).

Nota-se que o conflito é necessário e não um ponto negativo, pois é através dessas disputas que se alcançam melhorias na sociedade, porém deve acontecer dentro de limites, ou seja, de regras que facilite a vida coletiva e construa consenso, para isso existe a política.

Rua (2009, p.17 apud RUA, 1998) define política como um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”, ou seja, a política é importante, pois influencia no comportamento das pessoas, sempre buscando resolver os problemas da vida em sociedade.

Sendo assim, quando ocorre interesse de determinado grupo, o que são chamados demandas, para apresentar suas reivindicações, esses grupos buscam apoio a outros grupos, mas durante este percurso podem se deparar com reivindicações contrárias. Essas demandas da sociedade são representadas aos dirigentes públicos através de grupos organizados, o que são chamados de Sociedade Civil Organizada (SEBRAE/MG, 2008, p.06).

Aí entra em cena uma tarefa difícil ao formulador de Políticas Públicas, que deve antes de tudo compreender quais são essas demandas e selecionar as prioritárias, sem que gere mais conflitos. Sebrae/MG (2008, p. 07) lembra que a resposta pode não contentar a todos os grupos, ou responder as expectativas de todos, mas para o grupo escolhido, o governo deverá formular ações que venham atender seus interesses, parcial ou integralmente.

Até agora compreendemos como funciona a vida em sociedade e qual a verdadeira função da política, porém, política não deve ser confundida com o termo Políticas Públicas.

As Políticas Públicas surgiram exatamente para buscar solucionar os problemas da vida coletiva, as necessidades dos diversos grupos, ou da sociedade como um todo.

Sebrae/MG (2008, p.07) explana que “as Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses”.

Rua (2009, p.21), complementa apresentando que “as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade”.

Em outro trecho Sebrae/MG (2008, p.05) apresenta a seguinte definição mais abrangente “as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”.

Política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p.13).

Mas, quem faz parte dessas políticas Públicas e como elas surgem? É o que compreenderemos a seguir.

2.2 OS ATORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os atores das políticas públicas são os indivíduos que exercem suas funções, mobilizando recursos necessários para realizá-las.

Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma idéia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais (Souza, 1991, p.54).

Muitos podem ser os atores envolvidos e podem afetar a formação de agenda das Políticas Públicas, são os chamados Atores Políticos, que Rua (2009, p.39) define como:

Aqueles cujos interesses poderão ser afetados, positiva ou negativamente, pelo rumo tomado por uma determinada política pública. Os atores políticos podem ser indivíduos, grupos ou organizações. São específicos e possuem características diferenciadas.

Esses atores cada um a sua maneira, podem influenciar no processo de formulação, implementação ou avaliação das Políticas Públicas. Para melhor compreensão podemos dividi-los em atores públicos e privados.

Os atores públicos são aqueles que estão diretamente ligados à administração pública, aqueles que ocupam cargos no legislativo ou executivo, os políticos são os principais representantes desta classe.

Já os privados são os que não estão diretamente ligados à administração pública, mas isso não quer dizer que não participem das decisões políticas. Podemos citar nesta classificação os sindicatos, as associações da sociedade civil organizada, a imprensa, as entidades de representação empresarial, os grupos políticos, a mídia em geral, os movimentos sociais, etc.

2.3 TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Este item focaliza os principais tipos de Políticas Públicas, o qual pretende facilitar a identificação e a compreensão da aplicabilidade de uma determinada política, que tem uma relação muito importante para o bem-estar da sociedade.

São quatro os principais tipos de Políticas Públicas: as Políticas Redistributivas, as Distributivas, as Regulatórias e as Constitutivas.

As Políticas Redistributivas, como o nome propõe, têm como objetivo “redistribuir renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos” (AZEVEDO, 2006, p.02).

Um exemplo das políticas redistributivas é a isenção de Impostos, como o Territorial Urbano (IPTU), quando a administração decide reduzir ou isentar a população urbana menos favorecida e acaba cobrando um pouco mais dos mais ricos, procurando alcançar possível “equilíbrio”, sem que a arrecadação diminua, mas que possibilite melhores condições de vida à população mais necessitada.

Geralmente essas políticas são aplicadas através de programas do governo ou projetos de lei, buscando sempre diminuir as diferenças sociais.

Porém nem sempre as Políticas Redistributivas são bem aceitas, elas podem gerar conflitos, pois a parcela da sociedade que irá arcar com aumento de custos poderá se unir e reivindicar o contrário, por isso que Tude, (p.20) afirma que as políticas redistributivas nem sempre agradam.

(...) procuram atingir grandes contingentes sociais, mas conseqüentemente acarretam quase equitativamente perdas e ganhos que muitas vezes representam um jogo que resulta em soma zero, tornando assim as políticas adotadas ineficazes (TUDE, p. 20).

Existem outras formas de redistribuição de renda que o governo pode adotar medidas que não são apenas na forma de recursos financeiros, mas através de serviços e equipamentos oferecidos aos menos favorecidos, como os programas de habitação, de saúde da família, que tem como objetivo incluir a sociedade através da utilização de serviços.

Já programas como Bolsa família e Bolsa Escola oferecem esta compensação através de recursos financeiros.

As Políticas Distributivas atendem a uma demanda específica, Azevedo (2006, p.04) usa o termo “clientelista” para classificá-la. Essas políticas são as mais aplicadas no Brasil, para Azevedo por duas razões:

A primeira é que a população pobre apresenta demandas pontuais e individuais em razão das carências sociais existentes. A segunda é que a implantação dessas políticas reproduz o poder dos parlamentares, que as “trocam” por votos nas eleições.

E ainda ressalta que é preciso ter cuidado, pois nem toda política distributiva é clientelista, pois existem ocasiões especiais ou emergenciais, como no caso de alguma calamidade, como enchentes, secas. Vale lembrar-se da enorme desigualdade social que aflige nosso país, e acaba exigindo ainda mais políticas distributivas.

As Políticas Regulatórias para Tude (p.21) “são as mais facilmente reconhecidas e envolve a administração pública, burocracia estatal, além dos grupos de interesse”.

Elas têm a função de regular ou normatizar determinado serviço, seus efeitos podem ser percebidos em longo prazo e não apresentam benefícios imediatos, pois precisam ser implementadas.

São aplicadas para regular através de normas as políticas distributivas e redistributivas. Sendo assim, nota-se que uma política pode abranger mais de um tipo, não necessariamente uma política se encaixa em apenas um modelo.

Azevedo (2006, p.05), afirma que é importante “combinar a implementação de políticas regulatórias, redistributivas e distributivas, para enfrentar o quadro de desigualdades que marca as cidades brasileiras”.

Tude (p.21) explica que as Políticas Constitutivas “incorporariam em si os outros três tipos de políticas e seriam responsáveis pelos procedimentos necessários para as outras políticas entrarem em vigor”, é como se esse tipo de políticas organizasse, ou ditasse as regras, pois ela define as condições para a aplicação das demais.

2.4 DISTINÇÃO ENTRE POLÍTICAS DE GOVERNO E POLÍTICAS DE ESTADO

Vale ressaltar que existe distinção entre Políticas Públicas de Governo e Políticas Públicas de Estado.

A política de governo é considerada mais simples, para responder as demandas que incorporam a agenda interna do governo. Almeida (2009) apresenta a seguinte definição para Política de Governo:

Políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna (...). Elas podem até envolver escolhas complexas, mas pode-se dizer que o caminho entre a apresentação do problema e a definição de uma política determinada (de governo) é bem mais curto e simples, ficando geralmente no plano administrativo, ou na competência dos próprios ministérios setoriais.

Já a de Estado é mais complexa e abrangente, e envolve um número maior de trâmites e burocracia, por se tratar de decisões que normalmente impactam no país.

Almeida (2009) define políticas de estado sendo:

(...) aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não há um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar. O trabalho da burocracia pode levar meses, bem

como o eventual exame e discussão no Parlamento, pois políticas de Estado, que respondem efetivamente a essa designação, geralmente envolvem mudanças de outras normas ou disposições pré-existentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

2.5 O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O processo de formação das políticas públicas é objeto de estudo de vários especialistas, nesta visão as políticas públicas são vistas “como um *processo*, composto por um conjunto de atividades (“ etapas” ou “estágios”) que visam atender às demandas e interesses da sociedade” (RODRIGUES, 2011, p.47).

A seguir vamos compreender este ciclo das Políticas Públicas, que vai desde a formação da agenda, sua elaboração/formulação, em seguida sua implementação, monitoramento e por último a avaliação.

Para melhor compreensão, Rua (2009, p. 36) apresenta uma figura com os ciclos e o que representa cada fase.

A compreensão do ciclo das políticas públicas é muito importante para o gestor. Na figura, o ciclo é representando por um círculo, demonstrando que é um processo interligado, uma fase vem em decorrência de outra, e juntas garantem o sucesso da política aplicada, pois possibilita a visualização clara dos instrumentos. Além de que, se em determinado momento deparar com falhas, ou o aparecimento de uma nova demanda que deve ser corrigida, pode-se analisar e propor novas medidas.

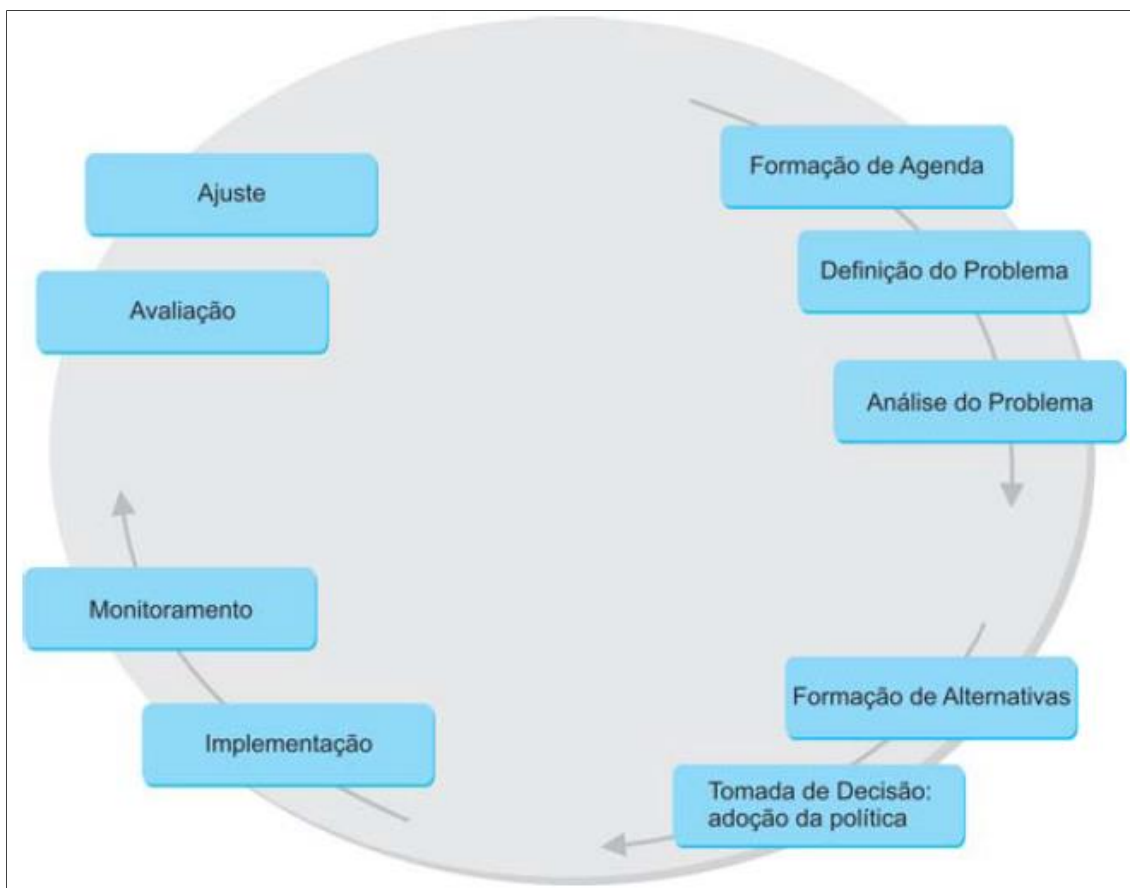


Figura 01: Ciclo das Políticas Públicas
 Fonte: Rua (2009, p.36)

2.5.1 Formação da Agenda de Políticas Públicas

A Agenda política, nada mais é que uma lista contendo as prioridades, as questões que deverão ser tratadas pelo governo. Como se fosse uma pauta, e é neste momento que determinada questão é percebida como problema social e passa a fazer parte da pauta do governo.

Para Rua (2009, p.66),

Uma agenda de política consiste em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse.

Esta lista contém as reivindicações de determinada demanda, ou grupo, que chega até as autoridades políticas, que deverão incluí-las ou não, pois existe o veto

na agenda do governo, e é a partir desta inclusão que se dá início ao ciclo das políticas públicas, sendo esta a primeira etapa.

Sebrae/MG (2008, p.10) afirma que é difícil, ou praticamente impossível para os atores públicos conseguirem visualizar todos os problemas que existem na sociedade, que é tão complexa e diversificada como acompanhamos no início desta pesquisa, e lembra ainda, que os recursos para solucioná-los são escassos.

Por isso, é necessário que se estabeleçam quais questões serão tratadas pelo governo. O processo de definição da lista de principais problemas da sociedade é chamado de Formação da Agenda. Tal processo envolve a emergência, o reconhecimento e a definição das questões que serão tratadas e, como consequência, quais serão deixadas de lado (SEBRAE, 2008. p.10).

Ainda Sebrae/MG (2008, p. 11), apresenta que vários elementos podem contribuir para que determinado problema seja inserido na Agenda Política, e cita os Indicadores como o primeiro elemento, pois os indicadores são dados que podem demonstrar a realidade de determinada situação que dependendo de seus resultados poderá facilitar a inserção.

Outro fator apresentado por Sebrae/MG (2008, p. 11) é o chamado *Feedback* das ações governamentais, o qual se refere a análise dos resultados de programas já executados, que podem estar em vigor ou não. Através da avaliação de programas, os atores políticos poderão perceber possíveis falhas, ou até visualizar novos problemas não vistos anteriormente, mas que estão ligados ao programa já implantado.

Vale lembrar que, mesmo que determinada questão passe a incorporar a Agenda, não significa que ela tenha prioridade, “isso só ocorre quando diversos fatores se juntam, tais como vontade, ação popular e a percepção de que os custos de não resolver o problema serão maiores que os custos de resolvê-los” (SEBRAE/MG, 2008, p.12).

Rua (2009, p. 66) afirma que “a relativa falta de clareza da “agenda de políticas” resulta do fato de que várias “agendas” coexistem, mas nem sempre as questões que incorporam coincidem”.

A autora afirma que isto acontece porque existem diferentes tipos de agenda que debatem o assunto Políticas Públicas e cita três, sendo a primeira a Agenda da Sociedade, ou seja, uma lista com as questões que atingem a sociedade como um

todo, como a desigualdade social; a Agenda Governamental, que é aquela que o governo tem como plano de trabalho e a Agenda de Decisão que nada mais é que uma lista de problemas de curto a médio prazo.

2.5.2 Formulação de Alternativas

Depois da inclusão na Agenda Política, é necessário que sejam traçadas ações, ou seja, possíveis alternativas, que serão adotadas para solucionar determinada questão.

Este processo pode ser realizado de maneira não muito amistosa, já que poderão existir opiniões favoráveis e contrárias, e debatendo sobre o problema deverão encontrar a solução.

Para isso é preciso tomar como base o objetivo da política, os programas que poderão ser desenvolvidos, as metas a serem alcançadas, enfim, tudo a cerca do problema em questão.

Sebrae/MG (2008, p.12) apresenta alguns passos necessários para um bom processo de elaboração de Políticas Públicas, como a “conversão de estatísticas em informação relevante para o problema, análise das preferências dos atores e; ação baseada no conhecimento adquirido”.

Com o objetivo de facilitar a formulação de propostas, o responsável pela elaboração da Política Pública deve se reunir com os atores envolvidos no contexto (área ou setor) onde ela irá ser implantada e pedir a eles uma proposta sobre qual seria a melhor forma de proceder e, em caso de inviabilidade desta, qual seria a melhor alternativa. Assim, a autoridade terá em suas mãos uma série de opiniões que servirão como uma fonte de idéias, as quais poderão apontar o caminho desejado por cada segmento social, auxiliando na escolha e contribuindo com a legitimidade da mesma (SEBRAE, 2008, p.12).

Essas opiniões devem ser analisadas cuidadosamente, considerando vários aspectos, pois qualquer ação irá envolver vários outros atores, o corpo técnico, a viabilidade legal, a condição financeira, dentre muitos outros fatores e riscos que poderão surgir com a execução da ação a ser adotada, sem esquecer-se do principal objetivo que é atender aos interesses da sociedade.

Em suma, para que o programa/política saia do papel, é preciso interpretar o ambiente para planejar/organizar ações, decidir os benefícios/ serviços que se pretende implementar, e de onde serão extraídos os recursos para sua implementação. (RODRIGUES, 2011, p.51)

2.5.3 Processo de Tomada de Decisão

Neste momento será definida a ação que virá responder de forma positiva ao problema exposto.

A fase de tomada de decisão pode ser definida como o momento onde se escolhe alternativas de ação/ intervenção em resposta aos problemas definidos na Agenda. É o momento onde se define, por exemplo, os recursos e o prazo temporal de ação da política. As escolhas feitas nesse momento são expressas em leis, decretos, normas resoluções, dentre outros atos da administração pública (SEBRAE/MG, 2008, p.13).

Além de decidir qual procedimento será adotado é necessário estabelecer quem participará do processo se contará com a ajuda dos beneficiários, Sebrae/MG (2008, p. 14) usa o termo aberto para designar este tipo de participação, “é necessário estabelecer se a decisão será ou não tomada por votação, as regras em torno da mesma, o número de graus (direta ou indireta) que envolverá a consulta que será feita aos eleitores”. Ou, fechado, onde não haverá a consulta a população, contará apenas com demais envolvidos no processo.

Segundo Rua (2009, p.84 apud Allison, 1999) existem três modelos básicos para se compreender melhor o processo de Decisão Política, sendo:

Modelo de Política Racional: neste modelo os atores agem de maneira racional e focalizada para buscar uma solução para o problema, Rua (2008, p.84) diz que “para isso, define claramente os seus objetivos, identifica as soluções e alternativas disponíveis e avalia as consequências de cada uma. Escolhe a alternativa que lhe traz consequências mais vantajosas e age”.

Outra forma para analisar o processo de decisão é através do Modelo Organizacional: neste modelo se vê o governo como organizações, no qual essas organizações têm suas rotinas próprias, estruturadas, têm seus ideais, sua cultura organizacional e valores.

As organizações operam segundo procedimentos padronizados (“rotinas”) para o cumprimento dos seus objetivos e a realização da sua missão. São exemplos de organizações: o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Receita Federal, cada ministério, cada tribunal, as escolas, hospitais, etc.

Na política, por um lado, o governo percebe os problemas através dos sensores das várias organizações, usando as informações que elas fornecem; por outro lado, busca, nas “rotinas” de procedimentos que as organizações desenvolvem as alternativas de solução para os problemas de política pública (RUA, 2009, p.85).

Por último o Modelo da Política Burocrática

(...) neste modelo o elemento crucial é definir qual é o interesse em jogo para cada ator envolvido. Obviamente, além disso, é fundamental também definir que recursos de poder cada ator possui para tentar impor o seu interesse aos demais, que alianças é capaz de compor, sua capacidade de ação estratégica etc. Neste jogo, para obter vantagens individuais, coletivas, organizacionais etc., os atores fazem todas as alianças possíveis, usam de todas as estratégias e recursos (RUA, 2009, p.87).

2.5.4 Implementação

Neste momento, tudo o que está no papel, é posto em prática. É quando todo o planejamento passa a ser transformado em atos, ou seja, tornar a política uma realidade.

A implementação, portanto, compreende o conjunto dos eventos e atividades que acontecem após a definição das diretrizes de uma política, que incluem tanto o esforço para administrá-la, como seus substantivos impactos sobre pessoas e eventos (RUA, 2009, p.94).

Sebrae/MG (2008, p.14) salienta que:

O corpo administrativo é o responsável pela execução da política. Cabe a eles a chamada ação direta, ou seja, a aplicação, o controle e o monitoramento das medidas definidas. Durante esse período, a política pode sofrer modificações drásticas dependendo da postura do corpo administrativo.

Durante a fase de implementação, é possível notar fatores internos ou externos que venham afetar o resultado da Política Pública.

Os fatores internos baseiam-se nos recursos humanos, financeiros e materiais, que são necessários para a aplicação da política e o cumprimento de seus objetivos e metas.

Uma política pública pode envolver várias outras organizações, e todas são automaticamente envolvidas no acompanhamento e controle dessas políticas, podendo afetar no grau de cooperação entre elas, nascendo certa disputa, pois são diversas ordens e comandos, devida a existência de vários envolvidos e a questão demandar diversas tarefas.

Sebrae/MG (2008, p.16) expõe que “a extensão de comando afeta o grau de cooperação entre as organizações, tornando o controle e monitoração do processo de implementação mais complexo e difícil”.

Os fatores externos que também podem afetar afetam as Políticas Públicas, são “(...) a opinião pública, a disposição das elites, as condições econômicas e sociais da população e a posição de grupos privados podem tornar problemática a execução das políticas” (SEBRAE/MG, 2008, p.17).

Como vimos tanto os fatores internos ou externos podem afetar as Políticas Públicas, pois significam indiferença ou resistência à medida tomada, e deve ser levada em consideração com muita cautela, para não gerar ainda mais desagrado, e prejudicar o cumprimento dos objetivos e metas propostas.

Sebrae/MG sabiamente traz uma explicação para essa resistência e, para melhor compreensão apresenta três características que os indivíduos possuem que podem contribuir para o aparecimento de fatores externos, sendo: a racionalidade, os interesses e as capacidades que possuem para agir.

Se entendermos essas três características, entenderemos como ocorre a formulação de Políticas Públicas na prática. A racionalidade é a capacidade de um Grupo Social (um ator) definir estratégias e cursos de ação para alcançar seus objetivos.

Os interesses representam as preferências de um dado ator por uma certa política com a qual possui mais afinidade em detrimento de outras que desconhece ou não possui simpatia.

A capacidade reflete os recursos (carisma, possibilidade de mobilização, liderança, unidade, acesso aos meios de comunicação) que um ator possui na sua relação com seus representados, o que faz com que a sociedade ouça seus argumentos e os leve em consideração (ou não) (SEBRAE, 2008, p.17).

Em geral, para certificar-se de que as ações podem ser colocadas em práticas, é necessário refletir sobre o problema, qual é o grau de facilidade para

solucionar determinado problema, a capacidade do governo e dos atores envolvidos, certificar-se da provisão de recursos, critérios e mecanismos e tempo necessário para a aplicação.

Claro que diversos problemas podem se ocorrer durante esse processo, porém tudo deve ser analisado com cautela para não fugir do objetivo central e dar andamento aos caminhos necessários para a solução integral do problema.

2.5.5 Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas

A Avaliação é a última etapa das Políticas Públicas, isso não significa que deve ser utilizada apenas quando a atuação da política pública acaba, pelo contrário, pode ser utilizada a qualquer momento do ciclo, pois ela possibilita ao gestor visualizar os resultados obtidos, além de permitir perceber as ações que surtiram melhor resultado.

Para Sebrae/MG (2008, p.18) a avaliação possibilita à administração fornecer as informações relevantes que poderão auxiliar em Políticas futuras, para prestar contas e justificar as ações do governo, facilita a visualização de falhas a tempo de corrigi-las, verificar se os recursos estão sendo aplicados de maneira eficiente e por último, auxiliar na coordenação e a cooperação entre os atores envolvidos.

Sendo assim, a Avaliação mostra os efeitos que a Política Pública surte sobre os atores e grupos sociais, se está conseguindo atender os interesses de certa demanda. Ela pode auxiliar também na visualização de resultados negativos, e até na identificação de novas demandas, que sempre podem surgir sendo necessário reforçar ou até anular determinada ação.

De maneira geral, o processo de avaliação de uma política leva em conta seus impactos e as funções cumpridas pela política. Além disso, busca determinar sua relevância, analisar a eficiência, eficácia e sustentabilidade das ações desenvolvidas, bem como servir como meio de aprendizado para os atores públicos (SEBRAE/MG, 2008, p.19).

Para isso, deve-se analisar se a medida é apropriada para resolver determinado problema, se um programa aplicado está respondendo os objetivos desejados, no tempo correto, com custos menores.

A Avaliação depende da coleta de dados e o Monitoramento, que deve ser contínuo, porém não confundido com a Avaliação que é mais completa.

O monitoramento é o exame contínuo dos insumos, atividades, processos, produtos (preliminares, intermediários e finais), efeitos ou impactos de uma intervenção, com a finalidade de otimizar a sua gestão, ou seja, obter mais eficácia, eficiência e, dependendo do alcance do monitoramento, efetividade. Implica a possibilidade de interferir no curso da implementação de uma política, programa ou projeto, caso se perceba que a sua concepção não é adequada à solução do problema, por equívoco de planejamento ou por mudança da própria realidade (RUA, 2009, p.111).

Já o acompanhamento é diferente do monitoramento, pois:

Corresponde às atividades de registro e documentação do processo de implementação. (...) o acompanhamento caracteriza-se pelas atividades de supervisão e fiscalização, não tendo natureza interativa, nem proativa. As informações tendem a ser superficiais, e geralmente se limitam a ser registradas e informadas, nem sempre sendo analisadas. Os resultados raramente são compartilhados e são pouco utilizados como ferramenta de gestão (RUA, 2009, p.112).

Rua (2009, p. 117) afirma que existem dificuldades na avaliação de políticas, programas e projetos públicos que são resultado da “falta de um consenso conceitual mínimo sobre os critérios a serem utilizados” e cita como critérios básicos: a eficácia, a eficiência, a efetividade, a sustentabilidade e a equidade.

A eficácia se resume em atingir metas e alcançar objetivos propostos.

A eficiência significa o bom uso dos recursos existentes para atingir o objetivo. No caso das Políticas Públicas, se resume em utilizar a melhor maneira possível os recursos (menor custo e prazo) para alcançar o objetivo desejado.

A efetividade é a realização do que realmente é esperado, do que foi traçado, com a transformação proposta.

A sustentabilidade se refere em utilizar de forma racional todos os recursos necessários, sempre contribuindo para a preservação do patrimônio comum da sociedade.

A equidade se refere aos resultados que devem contribuir para a diminuição de desigualdades.

Rua (2009, p.118) usa um quadro para distinguir eficácia, eficiência e efetividade, pois esse três termos são causam mais confusão e junto resultam no sucesso da Política Pública e mudança da realidade da sociedade.

Neste quadro a autora utiliza como exemplo uma campanha de vacinação, exemplo apresentado por Arretche (RUA 2009, p. 117 apud ARRETCHE, 2001) para facilitar a compreensão.

Eficácia	Relaciona atividades com seus produtos iniciais, intermediários e finais (metas e objetivos). Exemplo: 100% do número previsto de crianças vacinadas.
Eficiência	Relaciona produtos com seus custos (financeiros, humanos, tempo). Exemplo: Custo por criança/vacina 2% menor que o custo médio dos últimos cinco anos. Todos os prazos previstos cumpridos.
Efetividade	Relaciona produtos com seus efeitos na realidade que se quer transformar, ou seja, consequências. Exemplo: redução da incidência da doença "X" em 90%.

Quadro1: Distinção entre Eficácia, Eficiência e Efetividade.

Fonte: Rua (2009, p.118)

Enfim, a Avaliação é uma constante aprendizagem, pois pode abrir uma infinidade de informações, que se bem analisadas é essencial para o sucesso da Política Pública.

Esta avaliação também pode ser realizada em duas divisões, como Sebrae/MG (2008, p.20) explica: a primeira por dois grupos internos e externos e a segunda chamada formativa.

A primeira divisão se dá entre a avaliação interna – que é conduzida pela equipe responsável pela operacionalização do programa – e a externa – feita por especialistas que não participam do programa. A vantagem da primeira se dá devido ao fato de que, ao estarem inseridos no programa, a equipe terá maior conhecimento sobre ele, além de acesso facilitado às informações necessárias, o que diminui o tempo e os custos da avaliação. Em contrapartida, a equipe envolvida no programa pode não contar com a separação do objeto avaliado, necessária para se garantir a imparcialidade, já a avaliação externa tem como o objetivo de estudo, porém conta com imparcialidade maior.

A segunda divisão se refere ao objetivo da avaliação, e pode ser formativa, quando se busca informações úteis para a equipe na parte inicial do programa, ou a somativa, que busca gerar informações sobre o valor ou mérito do programa a partir de seus resultados, para que a autoridade responsável possa tomar sua decisão de manter, diminuir, aumentar ou encerrar as ações do programa.

2.6 DEMAIS CONCEITOS APLICADOS AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A seguir vamos compreender demais conceitos que são utilizados no campo das Políticas Públicas.

2.6.1 Conceito e Tipos de Demandas

As demandas expressam a necessidade quanto à resolução de determinado problema. Para Rua (2009, p.69), nem todas as demandas são iguais, nem sempre cumprem o mesmo percurso, a autora apresenta três tipos de demandas: as demandas novas, as recorrentes e as reprimidas.

As demandas novas são as que surgem das mudanças sociais ou tecnológicas, que são resultado de novos problemas, por exemplo, a questão do meio ambiente, que cada vez mais vem ganhando força e importância, no mundo atual.

As demandas recorrentes, que são problemas que já estiveram na lista de prioridades e por alguma razão não foram resolvidos ou foram resolvidos parcialmente e voltam a aparecer na agenda do Governo.

Já as demandas reprimidas são aquelas que se arrastam a algum tempo prejudicando os indivíduos e causando certa insatisfação, porém que não chegaram a mobilizar as autoridades e a incorporar a agenda governamental.

2.6.2 As Arenas Políticas

Depois de selecionado determinada demanda e reconhecido o problema, dá-se início a formulação de propostas, ou alternativas que venham solucionar a questão.

São suposições que os atores formulam, e todo ator possui preferências, ou seja, um meio de solução, podendo neste caso ocorrer preferências opostas, porém todas na intenção de melhor solucionar o problema.

Essas preferências representam as vantagens e desvantagens de cada alternativa proposta pelos diversos atores.

Em função das preferências, das expectativas de resultados (vantagens e desvantagens) de cada alternativa para a solução de um problema, e da estrutura de oportunidades, os atores fazem alianças entre si e entram em disputa. Assim se formam as **arenas políticas**.

(...) As **arenas políticas** não são espaços físicos, mas sim contextos sistêmicos, interativos, que configuram a dinâmica de atuação dos atores, definem as suas alianças e mobilizam o conflito entre eles (...) (RUA, 2009, p.77).

Sendo assim, as arenas são debates sobre determinada questão, envolve uma série de negociações, a fim de encontrar a melhor opção no processo de formulação e implementação das Políticas Públicas.

Assim como as políticas públicas, de acordo com RUA (2009, p.77) as arenas podem ser divididas em: distributivas, redistributivas, regulatórias e constitucionais.

As arenas distributivas são as que estão relacionadas às políticas distributivas e que são menos complexas, pois causam menos rejeição por parte dos atores, já que se referem a alocação de bens e serviços, e são praticamente impossíveis de determinar custos.

Isso já não acontece com a arena redistributiva, relativa a as políticas redistributivas, pois essas podem gerar conflitos, já que neste tipo de política fica claramente especificado que um grupo perde e outro ganha.

Já as arenas regulatórias, ligadas às políticas regulatórias, estabelecem regulamentos, gerando assim conflitos, pois neste tipo de arena se definem as regras para determinada questão.

As arenas constitucionais estão associadas às políticas correspondentes, e devem ditar as regras do jogo, estipular as condições sobre as quais serão geradas as demais políticas.

2.7 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal de 1.988 representa um grande marco no reconhecimento dos direitos sociais e contribuiu muito para a efetivação da democracia, pois reconheceu a partir de então a participação social como fator importantíssimo na gestão e controle das ações do governo.

De fato, com a Constituição de 1988 a participação social passa a ser valorizada não apenas quanto ao controle do Estado, mas também no processo de decisão das políticas sociais e na sua implementação, em caráter complementar à ação estatal (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, p.374).

No Brasil, a participação social tomou força depois das experiências ocorridas, como o Impeachment de Collor. Esta participação está diretamente ligada à capacidade que os movimentos sociais têm em representar demandas que estão relacionadas à distribuição e utilização de bens públicos e também na formulação de políticas públicas, porém de maneira mais branda neste caso.

A década de 80 foi marcada por muitos avanços e lutas por direitos sociais, mudanças constitucionais e política, e neste contexto surgiram muitos grupos que lutavam pela democracia, com o intuito de assegurar a participação da sociedade nas decisões do governo.

Esse processo de mudanças é fruto do contexto de luta e mobilização dos mais diversos segmentos sociais e entidades da sociedade civil, organizados (...) em prol da conquista de melhores condições de vida e da necessidade de democratização do Estado. Com a abertura política brasileira, ocorrida nos anos de 1980, que inicia o processo de ruptura com o poder autoritário e centralizado do regime militar (vigente até então), intensifica-se esse ideário participacionista, em que os mais diversos setores organizados da sociedade buscavam construir formas e encontrar instrumentos capazes de influenciar as administrações públicas no país (ROCHA, 2009, p.04).

A Constituição trouxe mudanças na forma de gestão das políticas públicas, criando formas de interação com o governo, abrindo caminhos para a participação popular e isso se dá com maior força nos dias atuais, porém ainda não da maneira desejada, pois existem barreiras a transpor.

A introdução de reformas institucionais deu força e autonomia aos municípios e originou um novo formato na organização do poder local e foram se estabelecendo vínculos com setores organizados da sociedade civil.

O que antes não se configurava desta maneira, pois no Brasil, no início da década de 80 as decisões financeiras eram exclusivas da esfera federal, e aos governos estadual e municipal cabia apenas o papel de executores das políticas. Com o avanço, na medida em que os recursos foram sendo transpostos nas mãos do governo estadual e posteriormente municipal, passaram a atender as demandas locais, porém ainda havia uma troca de favores entre esses governos, e as políticas eram implementadas apenas para determinada clientela.

Dessa forma, as políticas públicas eram marcadas pela fragmentação institucional, desarticulação que ocorria num mesmo nível de governo e entre diferentes esferas. Tal desenho institucional dificultava a tarefa de coordenação, com implicações para a eficiência e a efetividade das políticas públicas na sociedade. Sem mencionar que o crescimento do aparato estatal se deu desordenadamente, sem o visgo de uma coordenação efetiva. (ROCHA, 2009, p.07)

Apenas nos anos 90, com o processo de descentralização político-administrativa e a municipalização das políticas públicas, houve maior avanço, pois exigindo uma mudança de postura, tanto do governo, quanto dos cidadãos.

A participação social além de ser constituída como direitos dos cidadãos, é fundamental na formulação e efetivação das políticas públicas.

No Brasil, por exemplo, a participação é um elemento central nos processos de reforma democrática do Estado desde a Constituição de 1988. Esta estimula a participação popular na tomada de decisões sobre políticas públicas, como no caso do princípio de cooperação com associações e movimentos sociais no planejamento municipal (art. 29) ou de participação direta da população na gestão administrativa da saúde, previdência, assistência social, educação e criança e adolescente (MILANI, 2008. P.561).

Configura-se a participação social como os movimentos da sociedade organizada, entidades civis ou cidadãos que se mobilizam com o objetivo de defender direitos e demandas coletivas, apresentando-as as autoridades para a inclusão na agenda pública. Isso se dá com o intuito de unir forças para transformar a realidade.

Porém, grande desafio dos movimentos é alterar a visão de que se tem apenas a intenção de beneficiar-se, ou que tal esforço seja em troca de favores.

Para Rocha (2009, p.03) colocar em prática a participação popular é um desafio desde a promulgação da Constituição 1988.

Após a sua promulgação, o grande desafio passou a ser a regulamentação dos preceitos constitucionais a fim de se efetivar a “tão sonhada” participação popular. Iniciou-se, desde então, uma intensa mobilização e articulação dos diversos segmentos sociais organizados, no sentido de se estabelecerem os mecanismos jurídicos legais necessários à gestão descentralizada das políticas públicas.

Foi a partir da Constituição que a democratização participativa passou a ser vista como dever do cidadão lutar por seus interesses, reivindicar por seus objetivos, para mudar a realidade cotidiana.

Em 1.990 houve grande avanço, e a participação representativa foi amparada institucionalmente e passou a representar a sociedade nas decisões, no planejamento público, como o Orçamento Participativo.

A implementação das Políticas Públicas somada à participação social, garante mais sucesso as ações, pois representa uma visão real dos resultados obtidos, possibilitando analisar pontos que necessitam de ajustes ou até mudanças.

Os interesses pensados pelos grupos organizados, nem sempre representam os do governo, causando disparidade e divergências. Esta é uma grande barreira a ser vencida no campo das Políticas Públicas, construir uma democracia política aliada à participação social.

A ampliação da participação social pode gerar um avanço no atendimento aos interesses da sociedade na qualidade e na equidade do atendimento as demandas.

Não basta apenas garantir ao cidadão o direito da democracia participativa, é preciso abrir caminhos para que isso realmente se concretize. Para isso é necessário mudar hábitos, são necessárias mudanças culturais e comportamentais por parte dos nossos representantes políticos.

A Educação Política é essencial, é preciso abrir caminhos para que haja uma parceria entre estado e população através de meios que facilitem a linguagem e a compreensão de como atua a máquina pública.

A mobilização da sociedade é condição necessária para a instauração de uma ordem pública democrática. É preciso acreditar numa nova relação entre os cidadãos e os governantes, onde todos se disponham a cooperar

responsavelmente na construção de ideais comuns. Almeja-se que as classes populares participem não apenas como simples espectadoras, mas também como sujeitos ativos. É esse o modo de garantir uma organização civil e politicamente autônoma que, a partir desse pressuposto, possa lutar por mudanças nas condições socioeconômicas (BEZERRA, p. 06).

Vale lembrar que grandes portas para essa interação já se abriram, na questão da transparência, da prestação de contas aos cidadãos, porém ainda faltam passos para a efetivação de Políticas Públicas que venham realmente atender os interesses da população.

A sociedade cada vez mais está tomando uma nova postura perante o governo, exigindo maior transparência de suas ações, através de informações relevantes e confiáveis das atividades desempenhadas pelo governo.

Como decorrência, amplia-se a abertura dos governos e os cidadãos e as empresas conquistam uma maior participação no processo de formulação de políticas públicas. O governo não é visto mais como órgão decisório exclusivo e inquestionável: na busca para suprir as necessidades sociais, o cidadão envolve-se e compromete-se com os empreendimentos estatais. Essa nova realidade, exige dos administradores públicos novos posicionamentos. (BEZERRA, p.01).

Para Bezerra (p.05) o Estado é essencial para a transformação da realidade socioeconômica do país e proporcionar o desenvolvimento nacional, para isso pressupõe “um aparelho administrativo, moderno e eficiente, capaz de bem executar os planos e as políticas de governo”. Para que isto ocorra, o governo deve estabelecer as políticas públicas com o apoio da população.

É dever do cidadão no exercício da democracia organizar-se para exigir do estado o cumprimento de suas funções. O cidadão individualmente também pode ser um agente de controle social, podendo, por exemplo, verificar dados a cerca de licitações analisando a modalidade aplicada e sua execução; ou ainda através de informações de prestação de contas, analisando os recursos e sua aplicação, enfim são inúmeras ações que o cidadão pode exercer.

Para Silva; Jaccoud; Beghin (p.375) três aspectos passam a incorporar ao governo com a participação social, sendo:

- a) a participação social promove transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório;
- b) a participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; e

c) a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público.

Conforme o exposto, a participação da sociedade, traz inúmeros benefícios a população geral e ainda auxilia, dando sustentação ao estado a tomar decisões assertivas no que diz respeito ao exercício de suas funções.

2.7.1 A Participação Social na atuação dos Conselhos

Diante de tantas mudanças institucionais apresentadas no item 2.6, a população passou a cobrar mais dos governantes no que se refere à utilização dos recursos e o bom funcionamento da máquina pública na tentativa de cada vez mais aproximar as ações do estado no alcance do bem-estar dos cidadãos.

Sendo assim, nasceu uma nova forma de pensar da população obrigando o governo a aprimorar e criar novas formas de fiscalização, controle e acompanhamento das medidas tomadas pelos órgãos públicos.

A partir de então, a população passou a contar com dispositivos legais como o Tribunal de Contas e o Ministério Público que têm a função de fiscalizadores, atuando “na prevenção, controle, investigação e repressão da corrupção” (Controladoria Geral da União, 2008, p.16).

Movimentos políticos e da própria comunidade foram sendo criados de forma desordenada, e com o passar do tempo foram surgindo as associações organizadas e legitimadas, que foram chamadas de conselhos.

A Constituição Federal de 1988 prevê a formação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, em seu artigo 204, apresenta que,

Art.204- As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com (...) com base nas seguintes diretrizes:
(...) II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Existem conselhos gestores destinados a atuar em diversas áreas tanto públicas, quanto sociais como saúde, educação, da criança e o adolescente, assistência social, políticas urbanas, meio ambiente, cultura, entre outros.

Os Conselhos gestores de políticas públicas são os reflexos das experiências que tratam a democracia participativa. Para Rocha (2009, p.01) são esses conselhos que permitem a integração entre estado e sociedade, fazendo com a sociedade participe da formulação, planejamento e controle das políticas públicas.

O autor caracteriza os conselhos gestores como:

um novo padrão de interação entre governo e sociedade, exigindo-se dos cidadãos uma atuação efetiva, por meio de processos interativos, no âmbito da gestão pública. Esse modelo de gestão absorve em sua estrutura vários segmentos da sociedade, passa a se constituir o novo *locus* de articulação política na defesa pela democratização da gestão das políticas públicas, através dos quais sujeitos diversos interagem no processo de deliberação, gestão e controle social das políticas públicas, nas diversas áreas sociais. (ROCHA, 2009, p. 01).

Foi a partir das novas diretrizes constitucionais que a legislação brasileira passou a contar com os conselhos de política pública que podem atuar nas esferas federal, estadual e municipal.

Para a Controladoria Geral da União (2008, p.22) “no caso dos municípios, os conselhos foram criados para auxiliar a prefeitura na tarefa de utilizar bem o dinheiro público”.

Sendo assim, os Conselhos Municipais tem como objetivo participar da gestão pública para que haja melhor atendimento à população, tendo papel de extrema importância na construção do desenvolvimento social e econômico local.

Nos dias atuais parte dos programas do governo federal prevê que os conselhos venham desempenhar suas funções como meio de controle das políticas públicas.

A instituição dos conselhos e o fornecimento das condições necessárias para seu funcionamento **são condições obrigatórias para que estados e municípios possam receber recursos do Governo Federal para o desenvolvimento de uma série de ações** (CGU, 2008, p.22).

Alguns repasses de recursos financeiros a Estados e Municípios estão vinculados à instituição dos conselhos, que tem o dever de fiscalizar o uso do dinheiro público. Dentre os vários exemplos, pode citar-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Bolsa Família, o Programa Saúde da Família, o Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação dentre outros.

Através de leis são definidas as atribuições e especificações de cada conselho. Segundo, a Escola de Administração Fazendária (2005, p.51) os conselhos podem desempenhar várias funções, sendo: função fiscalizadora, função mobilizadora, função deliberativa ou ainda função consultiva, sempre agindo de forma a garantir a representação da sociedade.

Sendo que, como função fiscalizadora, refere-se o acompanhamento e controle dos atos que foram praticados pela administração.

Na função mobilizadora, os conselhos estimulam a participação da sociedade através de informações a cerca das políticas públicas.

Na função deliberativa, participando das decisões estratégicas nas políticas públicas que os competem.

Já na função consultiva, emitem sugestões e opiniões sobre assuntos de sua competência.

O número de conselhos por cidade varia, pois existem aqueles que são criados de acordo com as demandas locais, é claro que, além dos que são obrigatórios.

Para Salles, (2010, p.48 apud TATAGIBA, 2002) são três os principais tipos de conselhos: os Conselhos de Programas, os Conselhos de Políticas e os Conselhos Temáticos.

Os Conselhos de Programas são aqueles diretamente ligados a programas governamentais e estão vinculados à implementação de ações focalizadas, como o Conselho de Alimentação Escolar, de Habitação, Emprego.

Os Conselhos de Políticas, que são aqueles ligados às políticas públicas, que através de leis federais, podendo ter ou não caráter obrigatório, com atribuições estabelecidas no plano de formulação e implementação das políticas, além de formas de planejamento e fiscalização das ações e, defendem direitos universais, são eles os Conselhos de Saúde, de Assistência Social, de Educação, de Direitos da Criança e do Adolescente.

Já os Conselhos Temáticos existem na esfera municipal e auxiliam em temas que se referem aos direitos e comportamentos dos indivíduos na sociedade e, são criados por iniciativa local, pertencem a esse grupo os Conselhos Municipais de Direitos da Mulher, Cultura, Esportes, etc.

Para Salles (2010, p.50)

Conceitualmente, os Conselhos Municipais são **órgãos públicos do Poder Executivo local**; como consequência, suas deliberações, que expressam as demandas produzidas por seus integrantes, passariam a ser a vontade do próprio Estado. São órgãos públicos dotados de natureza peculiar, sobretudo os que têm função deliberativa, pois não estão sujeitos hierarquicamente ao governo local; caso contrário, a ação autônoma dos representantes da sociedade civil ficaria comprometida.

2.8 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Grandes debates a cerca deste tema, estão sendo realizados desde os anos 80, sobre a capacidade do poder local em buscar alternativas para o desenvolvimento.

Buarque (1999, p.09) define desenvolvimento local sendo:

(...) um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas (BUARQUE, 1999, p. 09).

Ou seja, o desenvolvimento local é alcançado quando se busca utilizar os recursos existentes na região, promovendo uma mudança na mentalidade, tanto da administração quanto da população, que passam a focar em projetos que venham estimular, equilibrar ou favorecer a mudança da realidade local.

O desenvolvimento envolve vários fatores, que precisam ser analisados cuidadosamente, um deles, é a verificação das possibilidades, dos pontos positivos do município para assim poder explorá-lo.

Para Paula (p.01)

“O desenvolvimento local resulta do esforço de identificar, reconhecer e valorizar os ativos locais; de aproveitar e desenvolver as potencialidades, as vocações, as oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas de cada território”.

Não saber explorar de maneira eficiente os recursos existentes é uma das falhas de muitos gestores, pois essa compreensão pode vir a facilitar a visão de muitos problemas, ainda mais que contam com inúmeros problemas para solucionar

ou amenizar, e para isso disponibilizam de poucos recursos, aí a necessidade de utilizá-los de maneira eficiente.

Compreender as Políticas Públicas, seu ciclo e aplicação é de suma importância para os gestores, pois compreender as demandas, determinar as prioridades, definir alternativas, contar com o apoio de diversos atores, é imprescindível para traçar novos caminhos.

Toda economia regional deve ser considerada, as atividades culturais, as potencialidades internas a serem exploradas. O estado tem a função de ajudar as organizações envolvidas à cidade, pois devem ser vistas como parceiros.

O desenvolvimento não depende apenas do governo, da administração de determinado município, Paula (p.03) salienta que é necessário que se construa uma parceria entre Estado, Mercado e Sociedade.

(...) O Estado (...), é um elemento imprescindível na promoção do desenvolvimento, porém, embora necessário, não é suficiente. O Estado, por melhores que sejam as políticas públicas de promoção do desenvolvimento, não pode substituir o Mercado e a Sociedade (PAULA, p. 03).

O mercado citado por Paula é representado pelas empresas, pelo conjunto das instituições econômicas, que tem sua função no desenvolvimento, porém depende das ações reguladoras do estado e, sozinho não obtém sucesso.

Já a sociedade, é representada pelas organizações da Sociedade Civil Organizada e é fundamental para o alcance do desenvolvimento, pois é a sociedade que realiza o controle público, o autor ainda afirma que “não haverá desenvolvimento local sem a construção de formas de parceria entre governos, empresas e organizações de representação social” (PAULA, p.03).

O planejamento participativo e a gestão compartilhada são peças essenciais, pois o desenvolvimento é fruto das decisões assertivas, que visam maximizar as potencialidades do município e região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo tem o propósito de apresentar o método utilizado na elaboração desta pesquisa, os procedimentos adotados para a coleta e análise de dados, e explicar todos os passos e instrumentos utilizados a fim do alcance do objetivo proposto.

Para isso, foi realizado um estudo de caso no município de Bom Sucesso de Itararé com a finalidade de identificar as principais políticas públicas aplicadas no município no período de 2005 a 2012.

O item 3.1 apresenta o histórico do município, suas principais características econômica, populacional e turística.

O item 3.2 apresenta como será realizado o estudo de caso, os métodos e instrumentos utilizados para a realização da pesquisa.

Já na seção 3.3 segue a exposição dos dados obtidos pelo estudo de caso e ao final deste capítulo na seção 3.4 a análise e demonstração dos dados coletados.

3.1 LOCAL DO ESTUDO DE CASO

O Município de Bom Sucesso de Itararé é uma cidade jovem que foi criada há apenas 21 anos, seu aniversário é comemorado no dia 27 de outubro de 1991.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ sua extensão territorial é de aproximadamente 133Km², e sua população é de apenas 3.751 habitantes, sendo 1.815 homens e 1.756 mulheres, deste total 2.430 habitantes situam-se na zona urbana e 1.141 na zona rural do município. Localizado no sudoeste do Estado de São Paulo, o município faz divisa ao Norte com Itararé-SP, ao Sul com Barra do Chapéu-SP, a leste com Apiaí-SP e Nova Campina-SP e ao Oeste com o Estado do Paraná².

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados do Censo Demográfico 2010.

² Informação retirada do Site oficial do município de Bom Sucesso de Itararé www.bomsucessoitarare.sp.gov.br

Sua formação populacional teve início no ano de 1.929, em função da implantação da Serraria Junqueira Mello, no Bairro Terra Boa, como era chamada, a serraria e vigorou por um período de três anos.

Segundo o IBGE, o patrimônio local foi constituído através de doações efetuadas por fazendeiros da região, naquela época faziam oferendas aos santos padroeiros, que aos poucos foram providenciando a abertura de estradas para o acesso a demais localidades, já que nesta época a locomoção se dava apenas por trilhas, pelas quais percorriam os tropeiros.

A primeira estrada foi aberta pelas serrarias Junqueira Mello e Lumber e ligava o município à cidade de Itararé, e a segunda estrada foi aberta no ano de 1.948 por Luiz Sguario ligando Bom Sucesso a Itapeva. Antes de se tornar município, Bom Sucesso era um Distrito subordinado a cidade de Itararé e foi desmembrado em 30 de Dezembro de 1991, pela Lei Estadual nº. 7664/91³.

O nome Bom Sucesso de Itararé se deu após a vinda do Senhor José Bonifácio de Campos de Rio Grande do Sul para morar em Terra Boa. Durante uma caçada muito proveitosa, caçou grande quantidade de pacas, capivaras e antas e no retorno, quando lhe perguntavam sobre a caçada ele respondia ter sido **um sucesso**, esse termo deu o nome “**Bom Sucesso**”.

Hoje o município conta com a extração de minérios através de empresas como Mineração São Judas e Mineração Jundu que extraem dolomita, e também com a extração de madeira e o reflorestamento de pinus e eucalipto através das empresas madeireiras, além de uma empresa que realiza o plantio de produtos agrícolas orgânicos.

Segundo o levantamento das Unidades Produtivas Agrícolas (1998), existem no município 136 propriedades rurais, sendo 68 de pequenos produtores, 51 de médios e 17 de grandes produtores.

O município é rico em belezas naturais, além da vegetação, têm rochas, riachos, cachoeiras e cânions propícios à exploração do Turismo local, com pontos conhecidos como a Pedra do Camelo e da Galinha⁴.

³ Fonte: Câmara Municipal. Histórico do Município. Disponível em <<http://www.camarabomsucesso.sp.gov.br/camara.php>> Acesso dia 05 de outubro de 2012.

⁴ Fonte: Prefeitura Municipal. Disponível em <<http://www.bomsucessoitarare.sp.gov.br/cidade.php>> Acesso dia 05 de outubro de 2012



Fotografia 1: Pedra do Camelo e da Galinha
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal

Outro atrativo é o artesanato, peças de barro fabricadas no município pela Associação das Artesãs “Mãos que Produzem”, que vem representando o município em várias exposições dentro e fora do Estado.



Fotografia 2: Arte no Barro – Casa do Artesão
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal

Um município com um clima propício para o descanso e relaxamento, por ser uma cidade rodeada por belas serras e montanhas, com temperatura média e úmida; e ao mesmo tempo contrastando, os belos cenários naturais destinados a muitas aventuras e a prática de esportes radicais⁵.

⁵ Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer.



Fotografia 3: Morro do Cristal
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal



Fotografia 4: Cachoeira dos Moleques
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal

Na zona rural predomina a agropecuária, mas em sua maioria apenas para a subsistência, destacando o plantio de feijão, milho, mandioca, frutas como laranja e mexerica e horta doméstica. Além disso, algumas propriedades são destinadas a atividade de apicultura, bovinocultura, suinocultura e ovinocultura, porém tudo em baixa produtividade⁶.

⁶ Fonte: Disponível em <<http://www.bomsucessoitarare.sp.gov.br/cidade.php>> Acesso 15 de outubro de 2012

Segundo a Prefeitura Municipal, o Orçamento Anual do município do exercício de 2.012 é de R\$9.877.967,18 (nove milhões, oitocentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos), valores estes distribuídos para atender as secretarias de: Saúde, Educação, Esporte, Turismo e Cultura, Assistência Social e Administração Geral.

O município conta em sua maioria com recursos estaduais e federais, pois a arrecadação ainda é baixa. Vale ressaltar que grande parte da população depende de programas assistenciais para compor sua renda, segundo informações da secretaria de Assistência Social, 441 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família no ano de 2.012⁷.

No decorrer desta pesquisa serão discutidas algumas políticas públicas aplicadas neste município, que podem vir a proporcionar melhores condições de vida aos munícipes.

3.2 TIPO DE PESQUISA E TÉCNICAS DA PESQUISA

A pesquisa é de cunho bibliográfico de caráter exploratório, descritiva, pois recorre a consulta a livros, revistas, artigos, internet e jornais acerca de descrever conceitos fundamentais para a compreensão e desenvolvimento do trabalho. É um estudo de caso no município de Bom Sucesso de Itararé – SP.

É qualitativa, pois busca identificar principais impactos no desenvolvimento local, Duarte (s.d.) define pesquisa qualitativa como “aquela cuja proposta não é obter um resultado por meio de números, mas sim por meio de interpretações mais subjetivas acerca do fenômeno estudado”.

Foi realizado para identificar as políticas públicas adotadas no período de 2.005 a 2.012 e seus principais impactos na mudança da realidade e do desenvolvimento local.

O estudo de caso partiu de uma entrevista realizada com seis secretários municipais, sendo eles responsáveis pelas Secretarias de Saúde, Educação, Agricultura, Administração e Esporte/Turismo e Finanças e de acordo com a Política

⁷ Fonte: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), dados do Cadastro Único do Município.

selecionada houve o diálogo com demais funcionários, como: agentes de saúde, nutricionista, enfermeiras, professores, coordenadores, assistente social, chefe de gabinete, todos servidores diretamente ligados e envolvidos no processo em busca de melhores condições de vida aos munícipes, e que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa e descrição das políticas.

Foi adotado o método de entrevista semiestruturada, de acordo com o assunto estudado pode trazer respostas de maior profundidade. É um procedimento adotado para obter interação que possibilita maior contato social, essencial para o propósito deste estudo de caso que é poder identificar como são realizadas as políticas públicas do município. Tem como objetivo a identificação das demandas, da elaboração e análise das políticas adotadas no município.

Cedro (2011, p. 06 apud COLOGNESE E MELO 1998, p.143), define a entrevista como “um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”, o autor afirma que não se refere a uma conversa sem direcionamento, pois visa coletar dados que venham posteriormente ser interpretados a fim de responder os objetivos da pesquisa.

A entrevista representa uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem um contato mais direto com a pessoa, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca de um determinado assunto. Esse método não escapa ao planejamento antes mencionado, uma vez que requer do pesquisador um cuidado especial na sua elaboração, desenvolvimento e aplicação, sem contar que os objetivos propostos devem ser efetivamente delineados, a fim de que se obtenha o resultado pretendido (DUARTE, s.d).

Foi definida como semiestruturada, pois para Manzini (1990, p. 154), esse tipo de entrevista toma como base o assunto central, sob o qual são elaboradas as perguntas principais. Estas poderão ser complementadas no momento da entrevista de acordo com a necessidade, não se prendendo a alternativas padronizadas, já que o assunto são as Políticas Públicas adotadas no município.

Além da entrevista, haverá consulta a jornais de circulação local, revistas e documentos do arquivo da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso de Itararé.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados se deu através de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados documentais, com base em arquivos do município, consulta à internet, artigos, jornais de circulação local e revistas. Esta etapa de busca documental foi realizada previamente, com o objetivo de melhor compreender o município, suas fragilidades, pontos positivos e mudanças ocorridas no período estudado.

Com base na pesquisa bibliográfica, foram formuladas algumas perguntas que nortearam a entrevista⁸.

Os secretários foram convidados e após devida autorização da Prefeitura municipal, foi realizada no dia 26 de outubro de 2012, no prédio da Prefeitura Municipal a entrevista aos secretários municipais, e alguns funcionários já mencionados no item 3.2, para a discussão sobre as políticas públicas aplicadas no município no período de 2005 a 2012.

As perguntas foram direcionadas a cada secretário e de acordo com a identificação da política foi-se acrescentando demais perguntas conforme necessário para melhor compreensão de todo processo de formulação, implementação, avaliação e impactos na realidade da sociedade.

Os resultados da entrevista serão demonstrados no item a seguir.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir desta abordagem foram levantadas como principais políticas públicas as seguintes:

No item 3.4.1 será apresentado uma política voltada a Saúde, a Caminhada Solidária destinada a melhor idade e demais cidadãos que possuem fatores considerados de risco.

No item 3.4.2 as medidas referente à Educação, para melhorar a Qualidade do Ensino no município de Bom Sucesso de Itararé.

⁸As questões formuladas para a Entrevista seguem em Apêndice A na página 74

O item 3.4.3 se refere a Agricultura Familiar que visa proporcionar qualidade na merenda escolar e ainda a valorização da agricultura orgânica e dos produtores rurais do município.

Por fim, o Programa de Desenvolvimento Empresarial: Curso e Costura Industrial apresentado no item 3.4.4 tem como propósito a geração de emprego e renda a população.

Vale lembrar que para cada política selecionada foi procurado expor seu objetivo, os atores envolvidos, a demanda abrangida, sua implementação, avaliação, monitoramento e possíveis ajustes adotados durante sua aplicação, tudo de acordo com os dados coletados através da entrevista e pesquisa documental.

3.4.1 Caminhada Solidária

A Caminhada Solidária teve início no em outubro de 2.005 e visa atender a melhor idade principalmente os que estão com fatores considerados de risco como hipertensos, diabéticos, os que estão com a taxa de colesterol elevada e/ou que estão acima do peso.

A medida foi adotada devido ao número de hipertensos e diabéticos na cidade, além da falta da prática de exercícios físicos.

No início havia apenas 12 participantes, hoje atende cerca de 40 pessoas. A iniciativa mobilizou a administração devido ao grande número de hipertensos no município e também o sedentarismo.

Os atores envolvidos no corpo técnico são os próprios funcionários da Prefeitura Municipal: enfermeiros, médicos, nutricionista, cozinheiras, agentes de saúde, fisioterapeuta. É uma política adotada pelas secretarias de saúde e assistência social que juntas uniram ideias e sugestões em busca da melhorada qualidade de vida dos idosos do município.

O projeto conta com a parceira da Associação de Amigos de Bom Sucesso de Itararé (AMBOS), que sede a quadra e esportes para as atividades físicas e um professor de Educação Física.

A caminhada tem início com o acompanhamento preparatório, verificação da pressão arterial e glicemia, acompanhamento realizado pelas enfermeiras da Unidade de Saúde da Família, e os dados são coletados pelas agentes de saúde.

Logo após inicia-se as atividades físicas com o alongamento realizado pelo professor de Educação Física e o fisioterapeuta, e em seguida a caminhada na pista ao lado da quadra de esportes. Para finalizar a atividade física é realizado um momento de relaxamento. As atividades tem duração de aproximadamente 1 hora e 30 minutos, das 07:00h às 08:30h, duas vezes por semana, as terças e sextas-feiras.

Terminada as atividades físicas, a Secretaria de Assistência Social oferece o café da manhã aos participantes, tudo com acompanhamento da nutricionista do município, a refeição preparada de acordo com a dieta necessária para o grupo, analisando as condições clínicas dos participantes.

A entrevistada lembra que o café da manhã não estava no início do planejamento das ações, foi através do monitoramento e avaliação da política que a medida foi adotada, pois a alimentação correta é essencial para repor as energias, e ainda alguns participantes do residem na zona rural do município e saem de suas casas logo cedo, além de ensinar hábitos saudáveis de alimentação, pois o cardápio é relacionado com o quadro clínico de cada grupo.

A caminhada é realizada no Complexo Vila do Conde, ao redor de um lago, onde localiza-se a pista de caminhada. No início do projeto, enquanto a pista ainda não existia a caminhada era realizada pelas ruas da cidade, a pista foi construída no ano de 2.010.



Fotografia 5: Pista de Caminhada
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal



Fotografia 6: Conferência da Pressão Arterial e Diabetes
Fonte: Arquivo Próprio, (2012)



Fotografia 7: Caminhada
Fonte: Arquivo Próprio, (2012)

Novas medidas estão sendo adotadas complementando o projeto, principalmente no que se refere à estrutura da área de lazer, atualmente uma Academia do Idoso está sendo construída, logo ao lado da pista de caminhada, com recurso adquirido através de convênio firmado com o Governo Federal.



Fotografia 8: Construção da Praça do Idoso
Fonte: Arquivo próprio (2012)

Hoje o projeto caminhada além de proporcionar o fim do sedentarismo, aproxima a população ao centro de saúde, possibilitando o acompanhamento e avaliação dos casos que muitas vezes não tem a atenção que merecem devido ao grande número de pessoas que necessitam de cuidados.

Outro benefício que a secretaria de Assistência Social oferece aos participantes é uma viagem ao final de cada ano, em 2011 visitaram Ilha Comprida e neste ano o destino previsto é Águas de Lindóia.

O monitoramento do Projeto é realizado a cada encontro, pois cada participante tem uma ficha com os dados coletados, em caso de alteração da pressão arterial e se ao final das atividades não normalizar, o paciente é encaminhado para cuidados médicos no Posto de Saúde.

As agentes de saúde auxiliam no acompanhamento, pois utilizam os dados coletados durante suas visitas, comparando grandes variações que necessitam de maior atenção e também os bons resultados, pois a atividade física aumenta a resistência física, imunológica e psíquica, diminuindo a frequência da procura médica.

3.4.2 Qualidade no Ensino

O ensino no município vem colhendo bons resultados após políticas aplicadas no decorrer de muitos anos. Desde o ano 2007, a Educação vem numa crescente no quadro avaliativo do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)⁹, como segue:

⁹O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep/MEC e busca representar a qualidade da educação a partir da observação de dois aspectos: o fluxo (progressão ao longo dos anos) e o desenvolvimento dos alunos (aprendizado). Mais informações em: <http://www.portaideb.com.br/cidade/1709-bom-sucesso-de-itarare/ideb?etapa=5&rede=municipal>

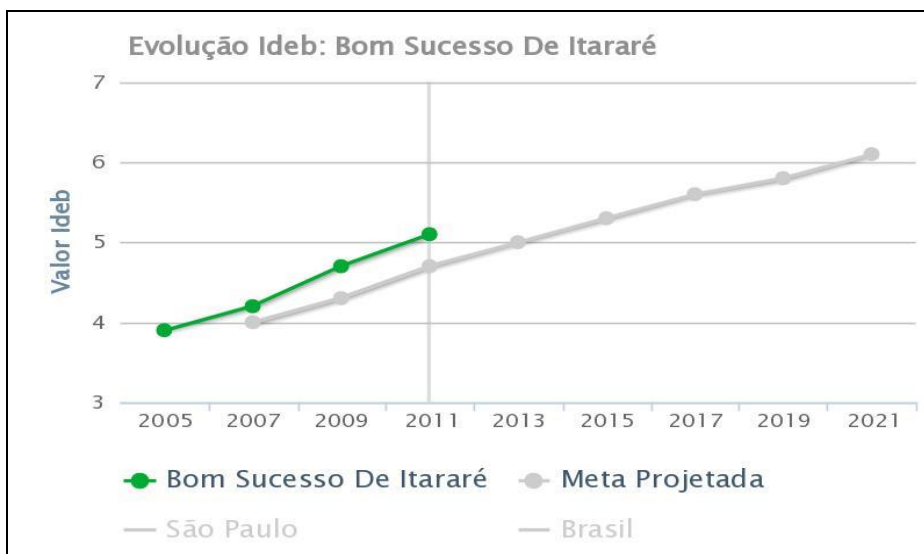


Gráfico 1: Evolução do IDEB
Fonte: Portal IDEB - INEP (2011)

Como pudemos observar, o IDEB do município vem ultrapassando a meta projetada de 2.007 à 2.011, o quadro abaixo facilita o entendimento do gráfico e apresenta o percentual de crescimento no passar dos anos.

Bom Sucesso de Itararé	2005	2007	2009	2011	2013
Crescimento		8%	12%	9%	
IDEB	3.9	4.2	4.7	5.1	
Meta estipulada		4.0	4.3	4.7	5.0

Quadro 2: Crescimento IDEB
Fonte: Portal IDEB/2.011

Nota-se que no ano de 2.011 o índice ultrapassou a meta estipulada para o ano de 2.013, e em nenhum momento houve diminuição.

O entrevistado pode apresentar a política adotada a partir do ano de 2009, o qual esteve inteiramente envolvido, mas deixou claro que desde o ano de 2.005 a Educação foi priorizada e muitas medidas foram adotadas nesses anos.

O planejamento e a elaboração da Política foi realizada pelo secretário, gestores e integrantes do corpo técnico reuniram-se para planejar ações que viessem melhorar a qualidade do ensino.

Durante o debate foram expostos os pontos negativos e prioritários que deveriam ser traçadas as ações: grande número de alunos nas salas de aula, capacitação dos professores, acompanhamento de especialidades médicas, melhora na qualidade da merenda escolar, a inserção da comunidade na escola, o acompanhamento dos pais na gestão escolar, enfim foram enumerados os pontos que necessitavam de maior atenção.

Como vimos, o município conta com pouco recurso para solucionar vários pontos, e por isso a melhora iria acontecer, porém não na velocidade desejada pela administração, era preciso aguardar parcerias, convênios que levam determinado tempo para serem conquistados.

Muitas medidas o próprio governo já estipula como o transporte e a merenda escolar, que destina recursos diretamente para esse fim, mas se não houver planejamento, jamais os recursos serão utilizados com eficiência.

No ano de 2.006 foi dado início a construção de um novo prédio para a Escola Municipal Dona Silvina e já em 2.007 sua ampliação e hoje acolhe 402 alunos do Ensino Fundamental com idade à partir dos 6 anos.

No ano de 2.008 foi construída sala para dentista que faz o acompanhamento da saúde bucal dos alunos em parceria com o programa Sorria São Paulo e o Projeto Show Riso.

No mesmo ano foi construída a sala destinada ao acompanhamento psicológico e fonoaudiólogo aos alunos que necessitam.

Em 2.011 foi realizada a reforma do prédio antigo, que atualmente está destinado a Educação Infantil, atendendo 162 crianças atualmente de 03 a 05 anos de idade.

Existe ainda uma creche municipal, que acolhe aproximadamente 20 crianças de 0 a 6 anos de idade.



Fotografia 9: Escola Dona Silvana
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal (2012)

Vale lembrar que uma sala de informática que tem auxiliado no processo de alfabetização.

A capacitação de professores e coordenadores é contínua e realizada em sua maioria na própria escola e quando necessário participam em municípios vizinhos.

A alimentação melhorou muito, o acompanhamento da nutricionista, o cardápio variado, com frutas, legumes e verduras garante mais disposição aos alunos.



Fotografia 10: Merenda Escolar
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal (2012)

O entrevistado afirma que as parcerias são essenciais para os municípios pequenos, pois só assim conseguem desenvolver grandes projetos.

Os professores são excelentes e elaboram muitos projetos que buscam envolver os alunos como o da horta comunitária, que os levam para plantar, cuidar e colher o resultado de seu próprio cultivo.

Além de grandes ensinamentos a toda população, incluindo a população na coleta de lixo, por exemplo, saindo de porta em porta levando orientação sobre a classificação e reciclagem do lixo. Levando os alunos a formar uma grande mobilização para deixar a cidade limpa e criar novos hábitos.

Para a administração cabe a manutenção de tudo isso, e essa manutenção deve ser feita com muita atenção e planejamento, pois se deve garantir aos alunos condições para que o ensino seja de qualidade.

Uma obra em andamento é a construção de uma creche, construída com recurso do governo federal, do programa PAC (Plano Nacional de Crescimento), que se bem administrada trará muitos benefícios às crianças, logo nos primeiros anos de aprendizagem.

Outra iniciativa foi instituída devido ao número de alunos nas salas, foram contratados professores auxiliares, que ajudam na alfabetização, garantindo atenção igualitária a todos os alunos, isso desde o ano de 2010.

Os entrevistados salientam que de acordo com cada ação estipulada, eram tomados os procedimentos decorrentes, como abertura de licitações, concursos públicos e/ou processos de seletivos, etc.

O acompanhamento é realizado bimestralmente nos conselhos de classe, onde são avaliadas as notas, frequência, rendimento dos alunos, as maiores dificuldades dos professores, sugestões, enfim, tudo acerca do andamento das salas de aula e do andamento da escola num todo.



Fotografia 11: Momento de recreação
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal (2012)

Para os alunos que necessitam em período extra, existe uma aula de reforço, onde é explorado minuciosamente as dificuldades de cada aluno, além de acompanhamento psicológico e fonoaudiólogo aos que necessitam.

Ao final de cada ano é realizada a aplicação da Provinha Brasil e SARESP para avaliação do rendimento escolar. E ainda uma avaliação feita por cada professor para analisar os pontos críticos que deverão ser melhorados ou solucionados no ano seguinte.

Os pais também são envolvidos na educação de seus filhos e são convidados a participar periodicamente das reuniões para discutirem com professores, coordenadores e diretores a evolução de seus filhos.



Fotografia 12: Reunião de Pais
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal (2012)

3.4.3 Agricultura Familiar

No município a principal atividade da zona rural é o plantio para subsistência, sem que haja maiores ganhos reais aos produtores. Por isso, muitos acabam deixando as terras improdutivas, cultivando apenas hortas caseiras, ou até mesmo por falta de renda migram para outros municípios em busca de melhores condições de vida. Esse foi um ponto negativo, considerado um problema a ser solucionado.

Para atender essa demanda, através da Lei nº. 11.947/2009, os agricultores familiares passaram a poder fornecer alimentos as escolas da Rede Pública de Ensino, estipulando que no mínimo 30% do valor destinado a merenda escolar do recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deve ser utilizado para aquisição de produtos produzidos pela agricultura familiar.¹⁰

Esta política foi implementada no município de Bom Sucesso de Itararé no ano de 2009, e no ano de 2012 abrange cerca de 20 famílias.

Antes de o município adotar essa política, foi preciso estabelecer os passos a serem seguidos, em conjunto a secretaria de agricultura, secretaria de educação, representantes dos produtores rurais do município, nutricionista, integrantes do conselho de alimentação escolar e gestores reuniram-se para debater o tema e estabelecer os meios para que a política do Governo Federal viesse a ser implantada.

Primeiramente foi adaptado o cardápio da alimentação escolar, tarefa esta designada à nutricionista, pois o cardápio deveria incluir alimentos da cultura alimentar local, para isso foi realizado um debate sobre os principais alimentos produzidos no município, devido ao clima, solo, etc., sempre garantindo uma alimentação diversificada e saudável.

Como para qualquer compra da administração pública deve ocorrer através de processo licitatório, foi elaborado o edital da Chamada Pública, que é a modalidade de edital destinado a esse tipo de aquisição, deixando bem claro os alimentos e as quantidades a serem adquiridas para a alimentação escolar, o cronograma e local de entrega, preços de referência, enfim, todos os dados necessários para que os interessados pudessem analisar e apresentar sua proposta de venda, com base em preço de referência, esta fase ficou a cargo dos responsáveis pela elaboração dos processos licitatórios e a secretaria de agricultura.

Para a participação dos agricultores familiares, foi necessária a elaboração de um projeto de venda, que foi elaborado por agricultores organizados em grupo informal no início e, a entrega deste foi realizada seguindo as determinações do edital, acompanhado das demais documentações exigidas.

¹⁰ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Enfim, os trâmites do processo não serão explorados neste estudo, vale lembrar que todos os procedimentos, recebimento da documentação, conferência, avaliação, seleção das propostas, etc. ficaram a cargo da Comissão Julgadora designada previamente por portaria, para acompanhar e julgar as propostas dos participantes.

Após a assinatura do contrato ficou a responsabilidade aos produtores o cumprimento dos prazos, condições para entrega e emissão de nota fiscal.

Mas neste percurso a falta de qualificação foi um grande desafio, muitos não tinham conhecimento desta política, de como e quais passos seriam necessários para a participação, a documentação exigida por muitos era inexistente, a primeira chamada pública não obteve sucesso, pela não apresentação da documentação necessária.

Assim foi acrescentada a política palestras oferecidas por parceiros, e desde então a compreensão e a participação foi maior e produtiva.

Durante a entrevista ainda foi lembrado, que nesta fase de implantação o município passava por momentos difíceis, pois duas indústrias de extração de calcário haviam fechado suas portas, deixando muitos desempregados e a agricultura familiar foi muito importante para a reversão do quadro para muitas famílias.

O monitoramento e avaliação do plantio é realizado periodicamente pelo Engenheiro Agrônomo do município, que dá todo suporte e esclarece as dúvidas dos agricultores.



Fotografia 13: Agricultura Familiar
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal

No que se refere a avaliação dos produtos oferecidos e da qualidade da merenda fica a cargo do Conselho de Alimentação Escolar, que deve acompanhar e em caso de desagrado através de seus pareceres podem exigir medidas corretivas.

3.4.4 Programa de Desenvolvimento Empresarial: Curso de Costura Industrial

Outro grande problema do município é a falta de emprego, por esse motivo a administração municipal vem desenvolvendo projetos nesta área.

Vale lembrar que o município de Bom Sucesso de Itararé está entre os municípios de menor IDH¹¹-M (Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal) do Estado de São Paulo, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) no ano de 2.000 o município encontrava-se com o índice 0,693, em 639º lugar no *ranking* do Estado de São Paulo, acima apenas de seis municípios, já que o Estado tem 645 municípios, e no ranking Nacional em 3.117º lugar.

Esta política tem como objetivo proporcionar geração de emprego e renda aos munícipes, através de um Curso de Costura Industrial.

A administração decidiu implantar o Programa de Desenvolvimento Empresarial no município, após efetuar análises e pesquisas do que seria importante para o desenvolvimento local, chegou-se a conclusão de que a geração de emprego e renda seria a principal alternativa para melhorar as condições de vida da população, considerado prioritário na agenda do município.

Através do Programa de Desenvolvimento Empresarial a prefeitura oferece incentivos e isenções ao empresário que se instalar no município, pretendendo assim, gerar um atrativo aos pequenos e micro empresários. Através destes subsídios, a intenção é aumentar a oferta de empregos e melhorar a renda local, e ainda poder contribuir para o crescimento das empresas instaladas no município.

¹¹O Índice de Desenvolvimento Humano tem como objetivo medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. “Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Este índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões”(SANTORO, s. d).

Dentro desta política houve a instalação de uma Empresa de Costura Industrial no município, a prefeitura propôs-se a envolver a população de baixa renda, oferecendo um curso de Costura Industrial.

A política envolve a prefeitura, empresários do município e conta com o apoio do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) SESC (Serviço Social do Comércio), SESI (Serviço Social da Indústria) e SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e tem o objetivo de atender os beneficiários do Programa Bolsa-Família, e após de acordo com sua aprendizagem ingressam na fábrica instalada no município e subsidiada pela prefeitura.

O projeto foi elaborado no ano de 2.010, mas teve início no ano de 2.011. A Prefeitura Municipal, que cedeu o prédio para a instalação da fábrica e arcou com as despesas de aluguel das máquinas e ainda o custeio no transporte dos participantes até o local do curso. O valor aproximado de investimento com recursos próprios do município foi de R\$ 16.980,00 no exercício de 2011.



Fotografia 14: Costura Industrial
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal (2.011)

Para sua implementação a administração criou as leis necessárias para a execução do projeto e adequação ao orçamento, além da criação do Conselho Gestor do Programa de Desenvolvimento Empresarial o qual é responsável pelo planejamento, elaboração, direção e acompanhamento da execução do projeto.

Ao final de 2.011, o projeto contava com aproximadamente 25 pessoas cursando Costura Industrial, que durante três meses recebem uma cesta básica, após o encerramento do curso foram contratados pela fábrica com seus direitos trabalhistas assegurados e os que preferiram montaram seu próprio negócio.

Segundo a administração municipal, na execução do projeto um grande desafio foi à baixa escolaridade e a falta de capacitação para o cargo a eles empregado, sendo assim, com a avaliação do programa pelo Conselho Gestor e demais atores envolvidos, foi firmada a parceria com o SEBRAE, SESC, SESI e SENAI para a capacitação específica e contratação de monitores práticos para o desenvolvimento das competências necessárias.

Além da geração de emprego e o auxílio aos empresários, a medida adotada serviu como forma de complementação ao Programa Bolsa Família, garantindo novas oportunidades a população desempregada, em especial as mulheres de nossa cidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de caso possibilitou identificar e compreender as principais Políticas Públicas do Município de Bom Sucesso de Itararé aplicadas no período de 2005 a 2012.

Através da entrevista pude perceber que muitos entrevistados dominam o assunto, conhecem verdadeiramente o setor pelo qual são responsáveis, compreendem e utilizam termos técnicos o que demonstra compreensão sobre o tema.

Porém, alguns não têm o mesmo grau de instrução, conhecem o ambiente que trabalham e querem propor melhoras, mas não compreendem as medidas burocráticas, os passos necessários para a elaboração de uma política pública e isso pode resultar no insucesso das medidas, e o não atendimento a determinadas demandas, dependendo de alguns custos, pode até trazer prejuízos aos cofres públicos.

Infelizmente como o município é pequeno e conta com poucos recursos, muitas políticas públicas não chegam a sair da agenda do município, ou são iniciadas e logo interrompidas.

Os debates que são as reuniões para definir ações que visam atingir o objetivo desejado acontecem, mas a participação popular ainda é faltante. Durante a entrevista questioneei sobre a participação popular, alegaram falta de interesse por parte dos munícipes, deram como exemplo as audiências públicas que contam com um número muito pequeno de participantes.

A primeira política apresentada no item 3.4.1, a Caminhada Solidária, é uma medida simples que vem surtindo efeitos positivos, o incentivo a prática de exercícios físicos, possibilitou o acompanhamento médico periódico e de maneira mais prazerosa, pois muitos dificilmente se deslocam a Unidade de Saúde para conferência e acompanhamento regular da pressão arterial e glicemia.

Também foi uma ótima opção para o relacionamento, o diálogo e a inserção da melhor idade na sociedade, além melhora psíquica, muitos que ao iniciar o projeto se encontravam com sinais depressivos e com a prática de exercícios, o cuidado e a atenção recebida proporcionou melhora neste quadro.

Não se pode esquecer a alimentação, a prática do consumo de alimentos saudáveis, de acordo com a necessidade de cada caso, resulta numa melhora da qualidade de vida.

A secretaria de saúde oferece muitas orientações através de palestras e panfletos que visam orientar os grupos específicos a práticas saudáveis e esclarecimentos sobre determinadas doenças e prevenções.

A iniciativa é ótima, porém não existe uma avaliação minuciosa, existe apenas o acompanhamento, uma análise mais profunda e comparativa da evolução dos resultados obtidos a inda é faltante.

A Educação, apresentada o item 3.4.2 apresenta grandes passos dados pela educação do município, que vem apresentando resultados ótimos no decorrer de vários anos. A Educação é muito importante, pois a qualidade do ensino forma cidadãos conscientes e preparados para o futuro do município e conseqüentemente do mundo.

É um setor que deve ser acompanhado e avaliado rigorosamente, pois pode necessitar de adaptações a todo o momento.

Mas um ponto que necessita de melhora, não só neste município, mas em todo Brasil é a valorização dos professores, o salário ainda é baixo, o que deixa muitos desestimulados, pois dedicam sua vida a ensinar os pequeninos e em conjunto com os pais e comunidade formam os cidadãos do futuro, e merecem reconhecimento de todo seu esforço, amor e doação.

A inserção da agricultura familiar na merenda escolar, vista no item 3.4.3 abriu novos horizontes para os agricultores da agricultura familiar do município, que passaram a atuar como fornecedores.

Os agricultores receberam orientações através da qualificação e compreenderam o valor da formação de grupos organizados, no último chamamento público, em 2012, os agricultores se apresentaram como grupo formal, ou seja, formaram uma associação, a Associação dos Orgânicos de Bom Sucesso com 28 associados, expandiram a produção e a variedade dos produtos ofertados, garantindo força nas ações comerciais e competitivas.

Esta política resultou em desenvolvimento local, e na forma de desenvolvimento almejada por muitos municípios nos dias de hoje, o desenvolvimento local sustentável.

Sem falar na alimentação de qualidade oferecida a aproximadamente 584 alunos da rede municipal de ensino que passaram a adquirir hábitos saudáveis através do consumo de produtos orgânicos.

A política exposta no item 3.4.4, o Programa de Desenvolvimento Empresarial, também surtiu efeitos positivos, pois o incentivo a micro e pequenos empresários subsidiando aluguel, água, energia elétrica, locação de máquinas ou equipamentos, transporte ou isenção fiscal, tornou o município atraente, injetando mais recursos financeiros que posteriormente resultarão em benefícios a população em geral.

No que se refere à instalação da fábrica de costura industrial apresentou novas possibilidades aos participantes, pois a geração de emprego e renda abre novos caminhos para várias famílias, em especial as de baixa renda e beneficiários de programas assistenciais.

E a valorização pessoal, pois muitas mulheres não tinham condições, ou se viam incapazes de aprender uma nova profissão, muitas se sentem realizadas tendo um emprego fixo e carteira assinada, realizando o sonho do primeiro emprego.

Um ponto negativo é a avaliação, não existe um critério para a avaliação dos resultados, sejam positivos ou negativos, no que se refere ao retorno financeiro ao município, não se tem informações dos valores conquistados após a implantação deste Programa, os impactos financeiros alcançados em benefício ao município, o que pode acarretar em falhas e o não cumprimento do objetivo proposto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Nota-se que as políticas públicas são essenciais para alcançar mudanças na realidade local. Mas para isso se tornar realidade é de suma importância conhecer o ciclo das políticas públicas, compreender as demandas, conseguir traçar ações que venham surtir efeitos positivos e principalmente avaliar.

A avaliação permite a visualização dos pontos positivos ou negativos, possibilitando adicionar ações que poderão garantir o sucesso de determinada política.

No município de Bom Sucesso de Itararé grande parte da população é de baixa renda e necessita de maior atenção da administração, necessitando de ações do governo municipal, estadual e federal que venha complementar a renda das famílias.

Através do estudo ficou notável que muitas ações estão sendo desenvolvidas em busca do bem-estar da população do município de Bom Sucesso de Itararé.

Tudo indica que o caminho está correto, pois a informação, o ensino de qualidade e a qualificação profissional são prioridades para que haja desenvolvimento, só a educação abre novas portas para qualquer geração, para qualquer idade e representa o futuro.

A satisfação pessoal, o bem-estar físico e psíquico é essencial. Sem autoestima não há cidadãos com sede de mudança e que lutem por seus direitos, que estejam dispostos a auxiliar aos gestores na administração de suas cidades.

A alimentação saudável resulta em vida prolongada e com qualidade, pois garante mais saúde e disposição, principalmente as crianças, que são o futuro das cidades e a melhor idade que com toda sabedoria coloca em prática o que aprende e são o espelho do município.

Mas ainda tem conquistas a serem alcançadas, principalmente no que se refere a participação popular. É preciso criar meios e formas para inserir a população no planejamento do município, pois se não há participação cabe a administração estimular, facilitando a linguagem, a visualização, criando formas para a inclusão.

Este estudo buscou identificar as principais políticas, porém não foi estudado a fundo, o que pode ser complementado em estudos futuros com o propósito de auxiliar os gestores principalmente no que se refere aos critérios de avaliação.

Um ponto muito importante e visível são as belezas naturais, a riqueza da vegetação, das águas, das montanhas ainda não é explorada financeiramente, pois o turismo é uma ótima opção para a geração de emprego e renda, dando ânimo a arrecadação do município.

Por fim, é notável que as políticas públicas podem resultar no desenvolvimento local, desde que sejam cuidadosamente formuladas, monitoradas e principalmente avaliadas, é necessário criar métodos e critério de avaliação durante seu planejamento.

O planejamento é essencial, é partindo dele que se obtêm bons resultados.

A criação de parcerias seja com o governo estadual ou federal, empresários, associações ou organizações somada á população, é a chave do sucesso para o desenvolvimento e mudança da realidade local, só a união pode facilitar a compreensão e a visualização das reais necessidades, e ao mesmo tempo possibilita traçar soluções plausíveis e de muito sucesso.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias.** Disponível em <<http://www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>> Acesso 05 de dezembro de 2012

AZEVEDO, Sergio de. **Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** Disponível em <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/.../10_Sergio%20Azevedo_06.doc> Acesso dia 25 de setembro de 2012

BEZERRA, Walter Facó. **O Tribunal de Contas da União e a Avaliação de Programas Públicos: considerações acerca da construção de modelos avaliativos.** Disponível em <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054978.PDF>> Acesso dia 15 de setembro de 2012

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de Planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Disponível em <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/SergioBuarque.pdf>> Acesso dia 06 de outubro de 2012

CAMARA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DE ITARARE. **Histórico do Município.** Disponível em <<http://www.camarabomsucesso.sp.gov.br/camara.php>> Acesso dia 05 de outubro de 2012

CEDRO, Marcelo. **Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo.** Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/perspectivas_sociais/marco_2011/marcelo_cedro.pdf> Acesso dia 19 de outubro de 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso dia 01 de outubro de 2012

CHAVES, Renato; CAVALCANTE, Wagner. **Conselhos Municipais.** Disponível em <<http://www.contas.cnt.br/admin/arquivos/2c8ee23071.pdf>> Acesso dia 25 de setembro de 2012

DUARTE, Vania Maria do Nascimento. **Monografias Brasil Escola: Entrevista**. Disponível em <<http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/entrevista.htm>> Acesso dia 19 de outubro de 2012

DUARTE, Vania Maria do Nascimento. **Monografias Brasil Escola: Técnica de Observação**. Disponível em <<http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/tecnica-observacao.htm>> Acesso dia 19 de outubro de 2012

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2009.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática: São Paulo, 1990.

MARTINS, Rafael D' A. Martins; CALDAS, Eduardo de Lima. **Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a08.pdf>> Acesso dia 15 de agosto de 2012.

MILANI, Carlos R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf>> Acesso dia 23 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **As tabelas de ranking do IDH-M**. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/11/tabela-de-pontuacao-idh-m.pdf>> Acesso dia 17 de outubro de 2012.

MINISTERIO DA FAZENDA. **Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF**. Artigo Disponível em <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/educacaofiscal/Edu_Fiscal2008/INDEX.htm> Acesso dia 06 de outubro de 2012

Organização das Nações Unidas. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000**. Disponível em <<http://www.frigoletto.com.br/GeoEcon/idhsp.htm>> Acesso dia 17 de outubro de 2012

PAULA, Juarez de. **Políticas de apoio ao desenvolvimento local**. Artigo Disponível em <http://dowbor.org/crise/politicasapoiodl_juarezdepaula.doc> Acesso dia 09 de outubro de 2012.

PORTAL IDEB. **Ideb e seus componentes: Bom Sucesso de Itararé.** Disponível em <www.portalideb.com.br/cidade/1709-bom-sucesso-de-itarare/ideb> Acesso dia 30 de outubro de 2012.

PORTAL ODM. **Perfil Municipal.** Disponível em <<http://www.portalodm.com.br/relatorios/sp/bom-sucesso-de-itarare>> Acesso dia 17 de outubro de 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DE ITARARÉ. **A cidade.** Disponível em <<http://www.bomsucessoitarare.sp.gov.br/cidade.php>> Acesso dia 05 de outubro de 2012

ROCHA, Roberto. **A gestão descentralizada das Políticas Públicas no Brasil.** Disponível em <http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&catid=72&Itemid=114> Acesso dia 05 de setembro de 2012

RODRIGUES, MARTA M. A. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2011

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES:UAB, 2009.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos.** Disponível em <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF> Acesso dia 18 de agosto 2012.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão Democrática e Participativa.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES:UAB, 2010

SANTIAGO, José Romano. **IDH – Índice de desenvolvimento Humano.** Disponível em <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/idh.htm> Acesso dia 19 de outubro de 2012.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES:UAB, 2009.

SEBRAE. **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Disponível em <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/\\$File/NT00040D52.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/$File/NT00040D52.pdf)> Acesso dia 15 de agosto de 2012

SEBRAE. **Merenda Escolar e PAA**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/setor/cafe/o-setor/merenda-escolar-e-paa>> Acesso dia 19 de outubro de 2012.

SEBRAE. **O Encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar**. Disponível em <[www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/2867A518BE2D6AB4832576560051F277/\\$File/NT00042AC6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/2867A518BE2D6AB4832576560051F277/$File/NT00042AC6.pdf)> Acesso dia 15 de outubro de 2012

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Políticas Sociais no Brasil: Participação social, conselhos e parcerias**. Artigo Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_8.pdf> Acesso dia 24 de agosto de 2012

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: questões temáticas de pesquisa**. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/52929572/Dossie-Politiclas-Publicas>> Acesso dia 23 de agosto de 2012

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>> Acesso dia 13 de agosto de 2012

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1991

TUDE, João Martins. **Conceitos Gerais de Políticas Públicas**. Disponível em <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24132.pdf>> Acesso dia 12 de agosto de 2012

APÊNDICE

APÊNDICE A: Roteiro da Entrevista Semiestruturada realizada com secretários municipais e demais funcionários que participam do processo de elaboração de Políticas Públicas

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal
Orientador: Prof. Dr. Moises Francisco Farah Junior
Entrevista Semiestruturada para realização da Monografia
Aluna: Thalita Christine Ramos dos Santos

Data da Entrevista: 26/10/2012

Local: Bom Sucesso de Itararé

ROTEIRO DE ENTREVISTA: IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DE ITARARÉ

I PARTE – APRESENTAÇÃO

Apresentação da pesquisadora: Pós-graduanda da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Entrevistados: Secretários Municipais e demais funcionários que participam do processo de elaboração de Políticas Públicas do Município.
 Observação: A Identidade dos entrevistados será preservada e os resultados serão analisados em contexto.

II PARTE – ENTREVISTA

A) CONHECENDO O ENTREVISTADO

Nome

Você concorda em participar desta entrevista? Sim/Não

Idade:.....Sexo.....Escolaridade.....

Profissão?

Quanto tempo de trabalho nessa profissão?

Quais suas funções?

Qual a importância de sua profissão para o município?

Há quanto tempo mora em Bom Sucesso de Itararé?

B) Sobre a Identificação das principais políticas públicas adotadas no município de Bom Sucesso de Itararé no período de 2005 a 2012.

B1) Como você define Políticas Públicas?

B2) Conhece os passos para elaboração das políticas públicas e sua importância?

B3) Em sua opinião, qual a principal Política Pública aplicada no município de Bom Sucesso de Itararé no período de 2005 a 2012?

B2) Como essa política foi elaborada?

B3) A qual demanda esta política vem atender?

B4) Qual o objetivo desta política pública?

B4) Quais os atores envolvidos em todo processo?

B5) É realizada a avaliação da política? Sim/Não
Caso a resposta for Sim, como é o processo de Avaliação e Monitoramento?

B6) Foram diagnosticadas falhas durante o percurso de aplicação da medida? Quais e como foram solucionadas?

B7) Houve participação popular durante o processo de elaboração?

B8) Quais foram os pontos positivos da Política adotada?